



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0969/11	DATA: 06/07/2011
INÍCIO: 14h59min	TÉRMINO: 17h37min	DURAÇÃO: 02h38min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h38min	PÁGINAS: 52	QUARTOS: 32

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apresentação do anteprojeto de lei elaborado pelo Relator.

OBSERVAÇÕES
Há intervenção ininteligível. Há intervenções fora do microfone.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Declaro abertos os trabalhos da presente reunião.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída a cópia da Ata da 25ª reunião ordinária, realizada no último dia 21 de junho. Indago ao Plenário se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, tendo em vista a distribuição dos avulsos, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata.

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Está aprovada a ata.

Comunico que foram recebidos os seguintes expedientes: Ofício nº 178, de 2011, da Câmara de Vereadores de Itajaí, Santa Catarina, endereçado ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, consultando a Presidência da Casa e a Comissão Especial de Reforma Política sobre a possibilidade de participação das Associações Estaduais de Vereadores e da União dos Vereadores do Brasil nas reuniões da Comissão.

Informamos que a União dos Vereadores do Brasil foi comunicada através do Ofício-Circular nº 53, de 2011, enviado em 10 de maio do corrente, do interesse desta Comissão na participação daquela entidade e suas afiliadas no acompanhamento dos nossos trabalhos.

Ofício nº 011, de 2011, da Câmara Municipal de São João do Soter, Maranhão, endereçado ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, solicitando que seja encaminhado à Comissão Especial de Reforma Política pedido de inclusão na proposta que esta Comissão vem a apresentar de título que trate dos direitos de defesa dos Presidentes e ex-Presidentes de Câmaras Municipais, estendendo a estes os mesmos direitos que são concedidos aos Prefeitos.

Sugestão do Deputado César Halum, PPS, Tocantins, propondo que o relatório a ser apresentado pelo Relator contemple a proposta de unificação das eleições.



Ofício nº 292, de 2011, do Deputado Alceu Moreira, justificando a sua ausência na reunião do dia 26 de maio, por estar participando, na condição de painelista, do 54º Congresso Estadual de Vereadores, Diretores, Assessores, Servidores e Técnicos Legislativos de Câmaras do Rio Grande do Sul.

Ofício nº 296/2011, do Deputado Alceu Moreira, justificando sua ausência na reunião do dia 21 de junho, por estar participando, na condição de palestrante, de seminário sobre a reforma política, realizado pela Universidade de Caxias do Sul, em Canela.

Ordem do Dia.

Antes de iniciar a Ordem do Dia, gostaria de comunicar que a Deputada Luiza Erundina participou, no último dia 4 de julho, do Seminário *As Mulheres e a Reforma Política*, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, representando a Comissão Especial de Reforma Política.

Concedo a palavra à Deputada Luiza Erundina para que faça um breve relato do evento.

Tem a palavra V.Exa., Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, havia muitas companheiras, Deputadas Estaduais dos diferentes partidos, além de Prefeitas, Vice-Prefeitas, Vereadoras, porque foi um encontro de Parlamentares e de militantes políticos daquele Estado, que teve uma qualidade de debate muito expressivo, e o foco do debate, evidentemente, foi a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder.

Tivemos algumas propostas. A votação em lista preordenada, com alternância de gênero, paritariamente constituída, foi o centro daquele debate e a proposta mais consensual discutida naquela Casa.

Eu trouxe até um recado das mulheres de Santa Catarina ao nosso Relator, fazendo um apelo para que o nobre Relator acolha essa demanda generalizada no País inteiro, por todos os movimentos de mulheres, com aliança de companheiros, como o nosso Relator, que, tenho certeza, tem sensibilidade para essa causa.

Então, Sr. Presidente, aquele evento cumpriu os seus objetivos. Essas conferências estaduais deixam um saldo organizativo importante, porque, na nossa avaliação, o processo de reforma política não se conclui com a aprovação de uma proposta que venha a ser aprovada por esta Comissão e submetida ao Plenário da



Casa, porque se sabe que a reforma política é muito mais do que mudanças de regras eleitorais e de algumas normas partidárias. Temos que enfrentar o processo daqui para frente, sem deixar se esvair esse acúmulo de debates e de força política, para que se tenha, em uma outra ocasião — que não deve se alargar no tempo — condições de enfrentar outros aspectos da reforma do Estado brasileiro, como, por exemplo, a revisão do Pacto Federativo, a revisão da relação entre os poderes e suas competências e tantos outros aspectos de uma reforma, aí sim, do sistema político do País.

No momento nós pretendemos pelo menos apresentar um resultado que venha a melhorar o sistema eleitoral, o desempenho partidário, a democracia participativa, a democracia direta, que também foi um tema muito fortemente debatido naquele evento de Santa Catarina.

Portanto, Sr. Presidente, eu considero que o método de debates nos Estados, por iniciativa das próprias personalidades e lideranças políticas das diferentes Unidades da Federação, foi, a meu ver, correto, adequado, positivo. E ficará, sem dúvida nenhuma, um importante saldo político e de organização da sociedade brasileira, em particular o segmento de mulheres, que avançou muito nesse debate e tem uma expectativa bastante consolidada de que esta Comissão e o nosso Relator não frustrarão a expectativa do movimento de mais de 50% da população deste País.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Obrigado, Deputada Luiza Erundina. Parabéns pela sua participação e pelo relato que faz desse encontro em Santa Catarina.

Dando continuidade, informo aos presentes que esta reunião foi convocada...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, só quero fazer um registro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - ... da participação da Deputada Luiza Erundina. Gostaria de dar um depoimento, do outro lado da arquibancada. Do lado de fora, pois foi o "Clube da Luluzinha", com proibição da entrada de adversos.



A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Protesto! Não houve proibição de entrada de homens. É que os homens não são abertos e sensíveis a esse debate. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Quero protestar pela generalização. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - A palavra está com o Deputado Esperidião Amin.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, V.Exa. observou, todos aqui observaram, a agressividade: no único Estado feminino do Brasil, que é Santa Catarina, que teve como maior vulto maior da sua história — antigamente, para deboche dos gaúchos, que já pararam de fazê-lo, por várias razões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Anita Garibaldi.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Anita Garibaldi. O único grande “homem” da nossa história. *(Risos.)* Quer dizer, um Estado marcado por essas questões públicas. Eles diziam: “*Anita Garibaldi, o maior homem de Santa Catarina!*”

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Isso, sem falar na Angela.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sem falar no que eu tenho de experiência pessoal, por sempre dar a última palavra: “*Sim!*”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Eu acho que há mais pontos...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Eu só gostaria de dizer que a Deputada se houve muito bem, representou muito bem, representou muito bem a nossa Comissão, e o Estado ganhou também sob um outro aspecto: ela parou de falar mal do frio de Santa Catarina. *(Risos.)*

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito bem. Dando continuidade, informo aos presentes que esta reunião foi convocada para a apresentação do anteprojeto de lei elaborado pelo Relator. Portanto, tem a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Quero cumprimentar o Presidente da nossa Comissão, no exercício da Presidência neste momento, Deputado Edinho; cumprimentar também o nosso Presidente, Deputado Almeida Lima, que não pôde estar aqui neste momento; os meus colegas; as minhas colegas



Parlamentares, que estão construindo esse debate com o País e, aqui dentro da nossa Comissão, com todos nós, com a responsabilidade de encontrar um caminho para fazer uma mudança que melhore sensivelmente o sistema político do nosso País. Cumprimento também todos os assessores, consultores, jornalistas, que estão aqui conosco.

Sr. Presidente, há 15 dias, quando nós pactuamos a data de hoje para a apresentação do meu relatório, nós geramos um movimento muito intenso de negociações, do Relator com os partidos políticos, e também uma intensificação de reuniões de setores da sociedade, preocupados e com vontade de interferir legitimamente nesse novo sistema político que queremos ter para o País.

Não digo que tudo o que existe no sistema de hoje seja ruim, ao contrário, nós temos uma democracia que vem se consolidando, mas cada um de nós também, com nossas opiniões, percebe limites importantes no sistema político brasileiro, que cada um vivencia à sua forma, e que, evidentemente, encontra, entre nós, opiniões diferentes, o que, aliás, é sempre muito saudável em um processo democrático.

O que ocorreu, Sr. Presidente? É isso que eu quero partilhar aqui com os colegas, além de adiantar algumas informações. A intensidade de reuniões foi tanta que nós não estamos conseguindo cumprir a agenda. Eu acabo de sair de uma reunião muito produtiva com a bancada do Democratas, em que esteve presente o Líder, Deputado Ronaldo Caiado, que carrega larga experiência nessa matéria, foi o Relator da Comissão anterior, em que tentamos votar aqui na Câmara...

Aliás, quero já registrar que muito do trabalho que está no Relatório que temos pronto e rascunhado deve-se aos consultores, servidores públicos da Câmara Federal, que têm trabalhado diuturnamente neste Relatório, ressaltando preocupações, temas. Essa reunião é um indicativo da reunião que fizemos com o Democratas.

Ontem à noite eu fiz uma reunião com a representação do PSDB nesta Comissão. Por problemas de agenda, temos marcado agora, para às 17h30, uma reunião com a bancada do PCdoB. Não consegui, dentro dos nossos encaixes, fazer uma nova reunião, como quero fazer com o PV, por exemplo — estou aqui vendo o Deputado Alfredo Sirkis e a Deputada Rosane —, e também com o PSB e com o PSOL, com o qual também não conseguimos fazer ainda.



O que isso me leva a propor neste momento, se tiver concordância dos colegas? Tivemos uma reunião importante, Deputado Miro Teixeira, na sede nacional do PDT, com a participação de dirigentes importantes do PDT, e, dentre eles, hoje o Ministro do Trabalho, Ministro Carlos Lupi, que é o Presidente do PDT. O Deputado Miro e diversos Deputados estavam lá. O Deputado Reguffe não pôde estar na reunião nesse dia, mas temos conversado também com frequência.

O que eu quero sugerir à Comissão? Que concedamos a nós mesmos um tempo um pouco maior. Não um tempo grande, não um tempo para postergar um processo de votação efetiva, mas um tempo, por exemplo, que nos permita apresentar esse relatório na semana que vem, ou na primeira sessão ordinária de agosto.

Quero, por dever de ofício, porque tenho conversado com as bancadas — e é natural que muitas das opiniões do Relator vão começar a circular, e é bom que circulem, mesmo porque isso não é segredo de Estado —, e os colegas vão dar entrevistas, debater, fazer reuniões com movimentos e etc. Então, algumas coisas eu quero antecipar nesta minha fala, ao mesmo tempo em que peço e sugiro à Comissão um tempo um pouco maior. O primeiro motivo tem a ver com esse pedido de tempo um pouco maior. Eu, na condição de Relator, tenho a convicção e quero ver se terei apoio da maioria, de que nós não devemos mudar o sistema político brasileiro para as eleições de 2012. Seria um mudança muito em cima do acontecimento. Nós queremos garantir previsibilidade para a democracia brasileira, queremos que a população compreenda profundamente o novo sistema que será ou não aprovado pelo Parlamento e que os partidos e a sociedade possam se preparar com tempo suficiente, Presidente Edinho, para a primeira eleição, que na minha visão será a de 2014, com esse novo sistema.

Continuo cada vez mais convicto daquilo que já partilhei nesta Comissão sobre a minha convicção com um pilar central dessa mudança da política brasileira, que é a adoção do financiamento público exclusivo da democracia brasileira. Por diversos motivos: pela independência muito maior que isso dará a todos os nossos mandatos, sejam mandatos legislativos, sejam executivos, sejam de oposição, sejam de apoio ao Governo etc. Eu sempre levo em conta algo.

O segundo motivo pelo qual eu tenho profunda convicção quanto ao financiamento público exclusivo é de que o papel que nós desempenhamos — 513



brasileiros e brasileiras que são Deputados Federais a cada Legislatura, ou os 81 Senadores — é altamente estratégico para os interesses do nosso País. Então, quanto mais autonomia tiver o Poder que nós exercemos em nome do povo, melhor para a democracia; quanto mais democrático for o caminho de acesso a estas cadeiras que nós estamos ocupando aqui nesta Comissão hoje, melhor para o povo brasileiro. E eu tenho uma convicção — e este é o segundo motivo pelo qual eu estou convicto — de que o financiamento público exclusivo é um sistema que traz para a democracia quase que um retorno ao aspecto censitário da democracia, ou seja, não é verdade dizer hoje que todo e qualquer brasileiro tem o mesmo direito de chegar a uma cadeira no Parlamento nacional. Há uma diferença brutal entre aquele que tem acesso a condições materiais maiores e aquele que não tem esse acesso. Então, a igualdade de oportunidades que a democracia exige é mais bem atendida, na minha opinião, com o financiamento público exclusivo de campanha.

Também não tenho dúvida em colocar que, por óbvio, a corrupção em qualquer país do mundo, em qualquer ambiente tem causas múltiplas, não é uma causa única. Mas a adoção de um sistema de financiamento público exclusivo de campanha é uma ferramenta muito potente para contribuir com o combate à corrupção. Então, esse é um ponto muito forte do relatório que nós temos escrito, na verdade, mas para o qual estou aqui pedindo mais tempo para reuniões e negociações com todos os partidos que têm assento nesta Casa. Aliás, já me colocando à disposição para hoje, após a reunião com o PCdoB, para, amanhã durante todo dia, para terça-feira, quarta-feira, quinta-feira da semana que vem, intensificarmos essas negociações. E aí estamos trabalhando com critérios para definir o financiamento público. Critérios que levem em conta uma distribuição equilibrada entre os diferentes Estados da Federação e também entre os diferentes níveis de eleição, eleição presidencial, eleição para Governadores, eleição para Senadores, eleição para Deputado Federal e Estadual, ou no caso da eleição municipal, as eleições para Prefeitos ou Vereadores.

E, por fim, o terceiro critério de distribuição com o qual eu estou trabalhando é o da distribuição partidária, procurando levar em conta o equilíbrio de uma parcela que garanta o que eu chamo de uma cláusula democrática, ou seja, que permita a todos os partidos concorrerem com reais possibilidades numa eleição de financiamento público e uma outra parcela que leva em conta aquilo que é decisão



do eleitor, que dá um determinado tamanho. Por decisão democrática, delega um determinado tamanho a cada um dos partidos que têm assento nesta Casa. Tamanhos esses que variam, por óbvio, ao longo da história.

Um outro item eu posso adiantar, Deputada Erundina — e me dirijo a V.Exa., porque muitas vezes debateu esse tema comigo na Comissão e em outras reuniões —, é que sem dúvida nenhuma nós devemos dar um passo no sentido de ampliar o espaço da mulher nos Parlamentos do nosso País. Eu confesso que tenho um rascunho feito, mas se V.Exa. me perguntasse agora, já que eu estou pedindo mais um prazo para negociações, qual é o número com que eu trabalho, eu preferiria ainda não dizer. Mas, com certeza, vou propor um relatório a esta Comissão para que nós todos debatamos e cheguemos a uma maioria que amplia o espaço da mulher nos Parlamentos do País.

Outros itens que nós trabalhamos ampliam a participação da sociedade, numa relação com a democracia representativa que nós aqui desempenhamos por delegação do povo brasileiro, naquela visão de que o aumento desses espaços potencializa a democracia representativa, e mecanismos de participação direta da sociedade não competem entre si, por exemplo, a iniciativa de projetos de lei e com iniciativas de emenda constitucional. Hoje, a nossa Constituição não prevê, por exemplo, a possibilidade de uma emenda constitucional de iniciativa popular.

E fazendo justiça aqui, podendo me esquecer de algum colega, mas quero lembrar aqui a Deputada Sueli Vidigal, do PDT, que não está hoje conosco, o Deputado Paulo Pimenta, que também enviou ao Relator uma contribuição importante nesse sentido. Nós estamos trabalhando para utilizar os mecanismos da Internet para facilitar a participação da sociedade, apoiando projetos de iniciativa popular. Então, estamos com um sistema elaborado sobre o qual ainda estamos discutindo, apresentando para cada um dos partidos esses temas.

Sem me alongar sobre outros temas, porque eu mesmo estou pedindo para a Comissão abrir um outro debate, eu queria também voltar a mencionar que numa reunião que fizemos com o Presidente Almeida Lima, à qual alguns dos colegas aqui estavam presentes e todos os partidos estavam representados, mas nem todos com toda a sua representação, surgiu um questionamento de que esta é uma Comissão Especial de Reforma Política e, ao mesmo tempo, uma Comissão estruturada para analisar e dar parecer à PEC nº 10, que é uma emenda constitucional. E a ideia



inicial deste Relator — ideia que sempre está aqui para ser composta com a maioria da nossa Comissão — é de apresentar um anteprojeto de lei diferente do sistema que optou o Senado. Pretendemos apresentá-lo de forma integral, ou seja, abordando o sistema de votação, o financiamento e outras questões que são modificadas por lei ordinária, isso tudo no mesmo anteprojeto, num primeiro momento, e logo após transformar em projeto para ser votado por nossa Comissão.

A minha vontade é fazer um substitutivo global à PEC nº 10, propondo alterações que demandam emenda constitucional. Isso foi questionado também legitimamente por alguns colegas que entendem que a PEC nº 10, por tratar de sistema de votação, não poderia, ao receber o relatório como substitutivo, alterar as datas de posse de Presidente da República, Governadores e Prefeitos, como é vontade deste Relator e que apareceu dentro dos debates da nossa Comissão — para dar um exemplo bastante consensuado e que não gera grandes conflitos. Ou, por exemplo, algo que não é consensuado dentro da Comissão, como o fim das coligações proporcionais, que demandam emenda constitucional, e a minha visão é trabalhar com o substitutivo global à PEC nº 10.

Se a maioria da Comissão entender que nós não devemos fazer um substitutivo global, eu repito aqui o que disse na reunião que estávamos com oito colegas, na semana passada. Como Relator, não vou abrir uma disputa, uma guerra regimental na Comissão em torno desse tema, até porque o foco é discutir os temas que modificam o sistema político brasileiro.

Então, se houver uma maioria que entende que não é possível fazer um substitutivo global; ou essa maioria disser que é aceitável para esses três assuntos, mas este outro aqui é tão polêmico que é melhor que tramite com uma PEC em separado, eu vou acolher essa visão da Comissão. Acho que o importante é discutirmos o mérito das questões e que a votação tenha solidez e capacidade de constituir maioria para, de fato, fazer com que desta vez a reforma política saia. Há um sentimento muito forte que percebemos, uma vontade grande da população e dos Deputados que representam a população em que desta vez, com os limites de quem não vai mudar todo o sistema político, a reforma política consiga, — a nossa secretária Ana trabalha há tempo com esse tema — sair de uma proposta para se transformar numa nova lei para o País.

Então, essa é a minha sugestão e o meu pedido aos colegas da Comissão.



Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Antes de colocar em votação essa proposta do Relator, quero dizer que estão inscritos os Deputados Ronaldo Caiado, Miro Teixeira, Ricardo Berzoini, Daniel Almeida, Luiz Alberto. Estão se inscrevendo os Deputados Vicente Arruda e Ivan Valente.

Pergunto se alguém mais deseja se inscrever. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, nobre Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, eu sei do momento que o Relator está passando até porque, durante 8 anos, recebi essa incumbência dos meus pares para relatar essa matéria extremamente complexa.

O Deputado Henrique Fontana disse que, nesses últimos dias, já que houve algum entendimento de que nenhuma mudança será feita para as eleições de 2012, os partidos começaram a se movimentar mais para discutir o pensamento e, ao mesmo tempo, as sugestões que poderiam ser propostas.

A responsabilidade do Relator é enorme. Primeiro, ele precisa buscar uma condição majoritária na Comissão. Esse é um ponto que ele não tem como abrir mão. Tem que buscar um resultado que tenha, não diria uma unanimidade, mas, no mínimo, dois terços da Comissão apoiando o relatório. Isso é fundamental para que o projeto sobreviva no Plenário.

Tivemos a oportunidade hoje de conversar com o Deputado Henrique Fontana, que já visitou outros partidos. Acho que é importante que a Comissão resguarde também a figura do Relator, porque, no momento em que se cobra um texto mas não existem pontos de concórdia, pelo menos preestabelecidos, nós poderemos amanhã, por nossas convicções, não nos convenceremos do relatório e aí realmente criar uma situação de total desconforto em que não se elabora nada. Fica como a matéria foi tratada no Senado Federal. Ou seja, o Senado discutiu reforma política, mas não decidiu nada, só matéria de rótulos, de título distrital, título lista. Enfim, não se aprofundaram. A grande verdade é essa.

Aqui a nossa responsabilidade sempre foi de dizer como nós pretendemos alterar o sistema eleitoral e outras propostas que virão na reforma política, mas de uma maneira responsável, ou seja, um projeto sendo analisado em toda a sua



inteireza, tendo começo, meio e fim, podendo ser proposto e ser aplicado num processo eleitoral.

Então, como não vamos ter essas alterações já valendo para 2012, e como em alguns pontos, que provavelmente o nobre Relator também vai debater com cada um dos partidos, não conseguiremos convergir com unanimidade para todos eles, Sr. Presidente, eu concordo com a tese de o Relator de gastar um pouco mais de tempo para poder ouvir mais as bancadas e a partir daí ter uma radiografia final que dê sustentação ao seu relatório. Porque não é um relatório do Deputado Henrique Fontana, mas da Comissão Especial de Reforma Política. Não adianta nada derrotarmos o relatório do Deputado Henrique Fontana ou aprovarmos o relatório sem a convicção daquilo que precisamos transmitir no Plenário. Se eu não estiver realmente convencido de que vale a pena, como vou para o plenário defender um projeto?

Acho fundamental que esse processo de amadurecimento seja mais longo e que possamos concluir isso. Mas vamos dar tempo ao tempo neste mês de julho. Ele já sinalizou, já balizou alguns pontos que vêm estudando com mais consistência, e nós vamos sugerir, alterar e fazer concessões e ver onde podemos chegar.

Era o que tinha a dizer. Apoio a tese do nobre Relator para que a proposta seja apresentada posteriormente depois de uma discussão novamente com todos os partidos e com maior detalhamento para podermos construir o texto final.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Miro Teixeira.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Eu já havia me inscrito quando recebi a notícia do arquivamento dos projetos de reforma política no Senado, na Comissão de Constituição e Justiça. Então, acho sensato nós não avançarmos em nenhum debate até sabermos o que verdadeiramente está se passando por lá. Porque agora remanesce uma discussão sobre se é possível ainda recorrer ao Plenário depois da inconstitucionalidade declarada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Essa é uma discussão que está sendo travada no Senado, segundo o Regimento daquela Casa. Acho que podemos acompanhar. E só depois, até por conta do nosso bicameralismo, imaginarmos o que fazer, se temos alguma coisa a fazer em alguma direção.



Limito-me, portanto, a apoiar a disposição do Relator de não aplicar — acho até que já estava implícito que não seria aplicada à qualquer reforma — à eleição municipal. Bom, se estava implícito, fica expresso, mas não estávamos trabalhando com esse prazo. Precisaríamos ter tudo votado até o fim de setembro deste ano, ter sancionado pelo Presidente da República, porque não me parece ter constado do cálculo do calendário de quem quer que seja.

Eu insisto com o Relator, embora sabendo que ele tem restrições a isso, que se coloque em discussão o referendo. Eu havia proposto o plebiscito ou o referendo. É a posição do PDT. Pelo encaminhamento dado pelo Relator, é cabível o referendo e não mais a proposta de plebiscito. Eu vou insistir nessa proposta. Estou claramente dizendo que vou insistir em nome do PDT, aqui no plenário e nas instâncias parlamentares possíveis.

E quero deixar uma sugestão para V.Exa., fora dessa temática mais complexa, no sentido de mandar o TSE incorporar, à máquina de votar, um teclado de letras, para que o cidadão possa votar no número, como vota hoje, ou no nome, como já se votou no Brasil, no nome e no número, ou no nome ou no número. Então, claro que há aspectos sociopolíticos que levam a isso também.

Nós todos estamos acompanhando agora as denúncias de corrupção no Ministério dos Transportes. Claro que aquilo não está associado a nenhum processo eleitoral. Então eu não acho que financiamento privado cause corrupção.

Hoje, na sua fala, o Relator fez uma ressalva: é claro que a corrupção não decorre exclusivamente da eleição. Então, está conformada, na fala do Relator, essa impressão. Tem algo com o que eu não concordo: quando o Relator disse que os nossos mandatos terão maior independência.

Eu afirmo que o mandato tem absoluta independência com o financiamento privado. A independência do meu mandato não está ao sabor do financiamento da minha campanha. E acredito, pelo que conheço de V.Exa., que o de V.Exa. também não. V.Exa. é uma figura pública austera, íntegra, e creio que isso foi mais uma frase do improviso, mas eu penso que deixada sem uma manifestação de oposição. Se for o caso, para esclarecimento do Relator nessa direção, eu ficarei muito feliz, porque há vários processos na Justiça em que as teses da defesa são essas. E aí nós vamos dar a impressão de que nós estamos convalidando teses de defesa de pessoas apanhadas em malfeitos?



Então eu acho que a nossa Comissão tem tido um padrão de discussão bastante elevado, tem sido muito agradável participar dessa discussão. O desempenho do Relator é impecável e apoio irrestritamente essa sugestão que faz de levarmos ou para a última semana de junho dos nossos trabalhos, ou para a primeira de julho, ou para a primeira de agosto. Realisticamente, acho que no mês de agosto, já que decidimos — tenho a impressão de que decidimos — que não será aplicado à eleição municipal de 2012, mas somente à eleição de 2014. Consequentemente nós não devemos, pela pressa de dias, prejudicar o trabalho de oito anos do Deputado Ronaldo Caiado e de um ano de V.Exa. Se depender do PDT, isso só terminará com a manifestação do povo em referendo.

V.Exa. deve ler o que eu leio. Todas as pessoas desconfiam de um sistema eleitoral revisto por aqueles que serão eleitos por ele. E é normal que seja assim. A maneira que nós presumimos de afastar qualquer desconfiança é dizendo ao povo: *“Aqui está, diga se aceita ou não.”*

A nossa posição é essa. Eu cumprimento o Relator pelo seu desempenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Miro Teixeira, por gentileza, para conhecimento meu próprio, acredito que talvez de outros Parlamentares que possam se encontrar não informados como eu, acerca dessa decisão da CCJ do Senado a que V.Exa. se referiu há pouco. V.Exa. poderia repetir por gentileza?

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Eu recebi aqui uma comunicação de uma consultora, que está atendendo muito brilhantemente ao PDT, de que hoje, no Senado, a Comissão de Constituição e Justiça rejeitou os projetos. Eu disse: *“Bom, mas isso vai a Plenário”*. Pelo Regimento do Senado a discussão é esta: se pode ir ou não a Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Rejeitou no mérito?

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Rejeitou tudo. Não sei se no mérito ou quanto à inconstitucionalidade. Só pode ser quanto à inconstitucionalidade. Acredito que no juízo de admissibilidade. Bom, sendo no juízo de admissibilidade, de repente, pode não poder ir a Plenário. Porém esta é uma informação que chegou de boa vontade aqui por uma consultora que presta serviços aos Deputados do PDT, à bancada do PDT aqui na Câmara dos Deputados e que diligentemente foi ao



Senado acompanhar as coisas. É consultora da Câmara dos Deputados, do quadro da Câmara dos Deputados, que tem essa excelente qualidade.

Portanto, acho que é melhor nós nos aprofundarmos, porque a transmissão foi do jeito possível, aqui no ouvido, enquanto eu já me preparava para falar. Mas devemos nos aprofundar sobre isso, para depois refletirmos — não precisa ser hoje, até porque parece que o Senado vai mergulhar também nessa discussão — sobre a possibilidade de a matéria ser levada a Plenário ou não. Eu já, pela pergunta de V.Exa., que foi Senador, presumo que, sendo no juízo de admissibilidade, ela estará no arquivo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Portanto, eu quero fazer uma solicitação, já a partir desse instante, aos ilustres consultores legislativos que prestam enormes serviços a esta Comissão, que, por gentileza, busquem esta informação, que é de grande importância para todos nós. Quem sabe até isto possa ter decorrido da pressa. Por esta razão, eu concordo com o pleito do Relator também. É bom discutir com a cautela necessária.

Com a palavra o nobre Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares desta Comissão, acho que a informação que o Deputado Miro Teixeira traz, se de fato confirmada, reforça nossa impressão, já manifestada por mim algumas vezes nesta Comissão, de que o Senado optou pelo caminho menos eficaz: da pressa e de um debate superficial sobre a reforma política. E nós fomos prejudicados porque estávamos muito lentos, sem produzir fatos políticos, sem produzir elementos que pudessem suscitar discussão. No entanto, estamos, na verdade, aprofundando o debate não só nas reuniões formais da Comissão, mas na iniciativa do Relator e de V.Exa. que tem buscado dialogar com os partidos, com as pessoas que têm ideias. Eu acho que nós estamos no bom caminho.

Essa definição de não fazer mudanças para as eleições de 2012, na minha opinião, é uma definição importante. Por quê? Porque certamente, em todo o Brasil nesse momento, candidatos a Vereador e candidatas à Vereadora, candidatos a Prefeito e candidatas à Prefeita estão articulando coalizão, coligações, estratégias eleitorais e discutindo como vão poder financiar suas campanhas. E não seria razoável que nós tentássemos promover mudanças num prazo tão exíguo, que



ainda estaria sujeito a controle de constitucionalidade, criando, portanto, insegurança jurídica para quem opera na política, inclusive para os dirigentes partidários que têm maior responsabilidade ainda que os candidatos. Creio que essa decisão, ou pelo menos essa tentativa de consenso de que já não há prazo e nem seria razoável alterar a legislação para as eleições de 2012, é um elemento importante.

Outra questão — tenho conversado muito com o nosso Relator, participado de algumas das reuniões promovidas por S.Exa. com bancadas partidárias ou temáticas — é que tenho visto o esforço do Relator de tentar construir algo, como disse o Deputado Ronaldo Caiado, que não seja só o relatório do Relator, mas que expresse o mínimo de debate e entendimento nesta Comissão e fora dela. Quero, portanto, dizer que estamos no bom caminho. Esse “adiamento” — entre aspas — não significa, em hipótese alguma, falta de objetividade. Significa, ao contrário, objetividade para buscar construir algo que seja de fato viável, até porque a constatação geral aqui, em vários debates que fizemos, é de que não tem sistema “puro” — também entre aspas —, ou seja, sistema com um único tipo de decisão eleitoral que tenha hoje, pelo menos hoje, maioria nesta Comissão ou na Casa. Portanto o esforço é redobrado. Não será fácil, mesmo ganhando um pouco de tempo, mesmo ganhando algumas semanas até agosto. E acho que o fato de não apresentar antes do recesso parlamentar tem um fator adicional: não permitir que nesse período que nós todos teremos atividades diversas, ou em suas bases, ou aqueles que optarem por um período de descanso, certamente nós não teremos espaço de diálogo na Comissão. E espaço de diálogo na Comissão é fundamental para reforçar a credibilidade entre nós de que há um sério propósito dos membros da Comissão em construir um relatório que possa, de fato, atacar as questões fundamentais.

O Deputado Miro Teixeira colocou sua opinião sobre a questão do financiamento e eu concordo com S.Exa. O financiamento privado por si só não retira a independência ou a autonomia. Isso depende de cada Parlamentar, da opção que faz politicamente. Claro que aumenta também, na minha opinião, o risco de haver, digamos, maior nível de interferência daqueles que financiam e daqueles cujos mandatos foram, em alguma medida, financiados durante a candidatura para chegar à Câmara dos Deputados, assim como eu acho que a questão fundamental



do financiamento público é muito mais de reduzir as disparidades de oportunidades. Mas também não é verdade absoluta, porque, conforme já pesquisei nos dados do TSE, os dois candidatos que mais gastaram no Brasil, na campanha passada a Deputado Federal, não se elegeram. Está certo? E muitos outros que gastaram menos se elegeram, embora a declaração seja oficial. É bom lembrar que há sempre a suspeita do dinheiro não contabilizado.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - V.Exa. me permite um aparte? É que a Lei nº 9.504 já manda que, no ano da eleição, até junho, o Congresso Nacional faça uma lei estabelecendo limite de gastos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Exatamente.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - E aí isso se resolveria, sem prejuízo da defesa, por quem quiser, do financiamento público.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Claro, claro.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Tem projetos também... Se V.Exa. puder anotar para mandar capturá-los. Tem vários projetos. Eu tenho um deles aí.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - E esses elementos, Deputado Miro Teixeira, certamente contribuem para podermos concordar com o Relator de que é preciso discutir mais.

O relatório do Relator é uma peça tão importante para a Comissão, e não apenas para ele, que nós devemos trabalhar no sentido de ajudá-lo a produzir algo que seja de fato, se não consensual, o que é muito difícil, mas que possa produzir uma maioria na Comissão capaz de dialogar com o restante da Casa, do interesse de todos.

Quero, portanto, parabenizar o Relator pelo esforço que tem feito e também o conjunto da Comissão por ter, nesse período, trabalhado com afinco para superar obstáculos. Mas reconheço que o assunto é por demais complexo e merece que nós tenhamos um pouco mais de tempo para trabalhar rumo a um relatório que possa conseguir essa maioria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, nobre Relator, parece evidente a impossibilidade de aprovarmos mudanças que possam ser aplicadas nas eleições de 2012, pelo prazo, que é exíguo, pelas inconveniências



todas, pela insegurança jurídica que poderíamos produzir se aprovássemos no limite ou além do limite, que ficou inclusive estabelecido por interpretação do Poder Judiciário.

Nós nos lembramos da Lei da Ficha Limpa. Nós aprovamos aqui questões importantes que, em função do prazo, acabaram perturbando o processo eleitoral em muitos casos e continuam ainda provocando dificuldades, interpretações, etc. Então, temos absoluta concordância com esta decisão que, penso, estamos tomando de não produzir mudanças para as eleições de 2012. Isso dá tranquilidade, inclusive, para o ambiente político que fervilha pelo Brasil afora.

Também, Sr. Presidente, manifesto a nossa concordância — dado o fato de que não produzirá efeitos para 2012 — em dar mais um tempo ao Relator para essas consultas. Até mesmo porque as consultas aos partidos e às bancadas devem cumprir esse roteiro, dando oportunidade a que todas as bancadas e os partidos possam ter essa interlocução. Daqui a pouco teremos com o PCdoB, mas com algumas bancadas ainda não foi possível essa interlocução. Acho isso útil. É muito importante valorizar o esforço do Relator não só nas bancadas e nos partidos como em setores da sociedade que desejam continuar fazendo essa interlocução. Por isso é correta a posição de darmos um tempo maior para esse objetivo.

Além do que, Sr. Presidente, parece-me que fazer a apresentação desse relatório na semana que vem e deixá-lo um pouco na chuva, sofrendo um pouco a corrosão de interpretações aqui e acolá...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Naquele frio do Rio Grande de dois, três graus...

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Pois é. Santa Catarina, que está aqui, mas também no sol do Nordeste, não é Erundina? Porque nós não estamos aqui no debate e as interpretações vão ser feitas por aí. Não acho que seria produtivo fazer isso sem a interlocução do Congresso, da própria Comissão. Por isso parece-me que a primeira semana de agosto será o momento mais conveniente para a apresentação.

Por último, Sr. Relator, queria manifestar minha satisfação e concordância com a opinião que V.Exa. expôs aqui de buscar fazer todas as modificações numa única proposição. Acho que esse é um esforço importante. Não é fácil, mas nós estamos pensando em fazer uma abordagem global, mais abrangente. Portanto,



concordamos em fazer uma única proposição no que se refere a projeto de lei, bem como em relação ao substitutivo global para a PEC 10. Penso que deveríamos apostar nesse espaço, construir nessa direção.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Deputado Daniel, posso pedir um aparte a V.Exa.?

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Pois não.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Até para esclarecer, porque agora a consultoria trouxe as informações, e é interessante a votação que ocorreu no Senado, porque confirma uma intuição que temos nesta Comissão. O Senado votou o relatório sobre sistema de votação em que foram avaliados dois sistemas puros: a lista fechada integral e o distritão integral.

A nossa intuição sobre o debate indica que precisamos encontrar um sistema misto. Talvez a votação do Senado seja mais um indicativo de que nenhum sistema puro prospera para compor maioria na Casa. E foram esses dois projetos sobre sistema de votação que foram arquivados.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Desculpe-me, na Comissão de Constituição e Justiça? Deve ser.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Na CCJ. Aliás, confirmando, já fui informado de que hoje, às 18h30, teremos reunião com a bancada do Partido Democrático Trabalhista. Depois da reunião com o Partido Comunista do Brasil, teremos com o Democrático Trabalhista.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Com todo carinho, eu lhe digo que estou me sentindo no PT com tantas reuniões.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Incorporando o aparte do nobre Relator, que sempre tem essa prerrogativa, e o do Deputado Miro Teixeira, quero concluir parabenizando V.Exa. e dizendo da nossa concordância com esse encaminhamento.

Fiquei mais animado com o relatório que V.Exa. apresentará. Não estamos tratando aqui do mérito. Provavelmente, no mérito, teremos um debate mais aquecido, mas o encaminhamento aqui sugerido está dentro daquilo que imaginávamos que V.Exa. teria capacidade de construir e anima, penso, a todos nós.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Luiz Alberto.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, nobre Relator, Henrique Fontana, eu queria aqui também, de antemão, concordar com V.Exa. no que diz respeito ao prazo para apresentação do seu relatório, relatório que, na verdade, entendo representar a média do pensamento da Comissão. V.Exa., já no início dos trabalhos, tinha se comprometido em produzir um relatório que representasse a média do pensamento da Comissão Especial.

Gostaria de falar da minha satisfação com o que disse a nobre Deputada Erundina, que, mesmo não correspondendo às reivindicações absolutas do movimento de mulheres, das Parlamentares que avançaram bastante nesse debate, demonstrou inclusive a unidade de ação suprapartidária na defesa de suas teses. E eu não tenho a mesma satisfação no que diz respeito a uma tese que defendi aqui.

Infelizmente, Sr. Presidente, acredito que, se o meu requerimento, que foi aprovado nesta Comissão, para ouvir dois cientistas sobre os mecanismos de inclusão no mundo da política que países experimentaram... E, mesmo levantando informações, dados objetivos sobre os mecanismos de exclusão da população negra em nosso País, o que demonstra — não aqui na nossa Comissão especificamente, mas no Congresso, na Casa como um todo — a sub-representação de mais de 51% da população brasileira, a minha preocupação é que esse relatório que V.Exa. vai apresentar... Espero que haja cada vez mais avanços no sentido de incorporar questões que eu aqui levanto inclusive. Mas é um avanço inegável em relação ao sistema político que nós temos hoje.

Concordo com V.Exa. que o financiamento privado de campanha pode não ser considerado o único e exclusivo fator dos escândalos de corrupção que vivemos no País, mas é também evidente que ele contribui bastante para sequestrar — não diria a totalidade — uma parte considerável da composição das Casas legislativas e também dos Executivos. Portanto, acho que seria um avanço muito importante a aprovação por esta Comissão, dentro do seu relatório particularmente, o financiamento público exclusivo de campanha. Na minha opinião, seria um avanço considerável para nosso País.

É evidente que eu não concordo com a tese — não especificamente com essa que permeia o próprio relatório — de que qualquer leitura de mecanismos



universalistas que facilitem a participação popular, como o próprio financiamento público de campanha e outros, venha resolver um problema de exclusão de setores que historicamente são excluídos da vida política nacional. Insisto na questão da população negra.

O Brasil, fora do País, tem vivido situações de verdadeira, usando a palavra popular, saia justa. Nas reuniões da ONU, a delegação brasileira é sempre apresentada como defensora de importantes teses progressistas, mas sempre é questionada por que o Brasil, tendo a maior população negra das Américas, não é representada por negros, por exemplo, na diplomacia brasileira. E isso só reflete a exclusão em todos os níveis.

Eu acho e considero que a reforma política seria a matriz das reformas em nosso País, da participação desse segmento da sociedade nos espaços de poder real.

No formato que V.Exa. vai apresentar — volto a insistir, que reflete um debate que houve nesta Comissão — vamos ampliar os espaços de participação popular, mas para os mesmos segmentos. Acho, portanto, que o prazo que V.Exa. solicitou e propôs à Comissão... Espero que haja não um milagre, mas um avanço neste debate. Inclusive V.Exa. comunicou-me que amanhã haverá uma reunião com a Ministra da SEPPIR, órgão do Executivo que trata dessas questões do Governo. Ela pode ter o dom de convencer V.Exa. de uma tese que possa defender aqui neste Plenário, já que eu não me senti capaz o suficiente para convencer este Plenário. Se nós tivéssemos produzido a audiência pública que eu sugeri naquele requerimento, que infelizmente não foi realizada, eu tenho certeza absoluta de que, com os dados, com as informações, com os mecanismos todos de exclusão que esses estudiosos apresentariam aqui, uma parte considerável dos nossos Parlamentares e das nossas Parlamentares estaria sensibilizada para avançar nessa perspectiva.

Eu tive acesso a um relatório, que solicitei ao Itamaraty e mostrei a V.Exas., sobre mais de 50 países que instituíram o mecanismo de participação de mulheres. Alguns, inclusive, determinam 50%. Não é de lista, alguns têm lista fechada, outros têm lista aberta, mas a reserva é no Parlamento.

Estou inclusive tentando apresentar uma proposta de emenda constitucional, no bojo da reforma política, que reserva cadeiras na Câmara dos Deputados para esse segmento da população. Quero ter êxito pelo menos para abrir o debate nesta



Casa, porque se concluirmos esse processo, se esta Casa e o Congresso Nacional aprovarem a reforma política com esse ato, nós, com certeza, não estaremos contribuindo para aprofundar a democracia no Brasil. Não é possível chamar de democracia um sistema que exclui mais de 50% da população. Não é possível! A nossa representação aqui é de menos de 5%, com todas as possibilidades que alguns partidos de esquerda, como é o caso do PT... E não é por acaso que a maior parte dos Parlamentares afro-brasileiros nesta Casa pertence ao Partido dos Trabalhadores. Mas aqui não se discute a política ou as concepções exclusivas de um partido, mas discute-se aquilo que esta Casa e o Congresso Nacional vão aprovar como arcabouço legal de um sistema político que avance democraticamente. E nesse caso faltará um passo significativo para inscrever o Brasil numa democracia realmente plena, mais profunda e que seja referência para o resto do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Vicente Arruda.

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o nobre Relator, com a exposição que nos fez, demonstrou seu senso de responsabilidade e de prudência ao enfrentar um problema tão complexo como a reforma política.

A dificuldade não é só do Relator, é de todos nós, porque na realidade nós não sabemos, não temos convicção de por que mudar, em que mudar, como mudar e até que ponto mudar.

Vejam o problema da discriminação racial, da discriminação sexual, que acredito que foram aflorados nesta reunião. Vejam bem: algum negro ou alguma mulher deixou de votar e ser votado no nosso sistema político? A discriminação racial é crime, já está prevista na Constituição. Não tem razão nenhuma em se dizer que o negro não tem acesso ao sistema político, porque o sistema político proíbe ou restringe sua atuação, nem tampouco as mulheres. Essa é uma questão. No Brasil pode-se até dizer que há liberdade demais nesse sentido. Por conseguinte, estamos rebordando a questão, porque, quanto a esse ponto, o nosso sistema político é perfeito. A facilidade com que se criam, extinguem-se e se fundem partidos é enorme. Não há necessidade. Existe partido cristão, partido verde, partido de



trabalhadores, partido de toda natureza. Todo mundo pode se organizar e pleitear acesso ao processo político. De forma que, nesse ponto, não há nada a dizer contrariamente.

Vejamos agora. *“Não, o nosso sistema propicia a corrupção porque permite a contribuição privada no processo eleitoral”*. Ora, muito bem. Não nos esqueçamos de que no nosso sistema já existe financiamento público e privado. Como afastar o povo do processo eleitoral? Como admitir que o cidadão não queira participar do processo político, contribuindo para que os seus representantes se elejam e tenham melhor oportunidade? Vamos fechar e engessar o sistema político sem a participação do povo e do eleitor? Seria possível até admitir-se — e, nesse ponto, eu concordo — que a questão das pessoas jurídicas realmente pode influenciar o poder econômico. Mas a contribuição popular?! Então, os partidos vão viver à custa do Governo?

Nós vamos engessar o processo político, porque a dificuldade de se configurar o financiamento público de campanha é enorme. Em primeiro lugar, que valor será atribuído para o financiamento: 7, 10, 15 ou 20 reais por eleitor? Segundo, como distribuir entre os Estados, entre partidos, entre Senadores e Deputados, Vereadores e Prefeitos? Se nós fixarmos uma cota subjetiva, porque não temos base material nem fática para fixar esses valores, vamos engessar o processo político, porque o partido que tem mais representantes vai continuar sendo privilegiado. Aqueles que têm poucos continuarão a ter pouco. Então, vai haver uma desigualdade maior, porque isso inibe o partido no sentido de crescer, de procurar o apoio popular, de se voltar para a população e valorizar as suas ideias e os seus programas. Então, é um engessamento completo do processo político.

Vale a pena tentar mudar o sistema, para ficar no comodismo, no corporativismo partidário de ter o seu dinheiro no bolso e fazer a sua eleição sem se preocupar em captar novos valores para o partido?

A questão das coligações. Como admitir, num regime aberto como o nosso, o sistema proporcional, que propicia a pluralidade dos partidos e que tem o objetivo da representação de todos os setores da sociedade, impedindo que os partidos se reúnam e se conciliem para eleger os seus representantes em conjunto? Se nós proibirmos a coligação no sistema proporcional, vamos assegurar a divisão total do



País. Ninguém pode compartilhar com o outro as suas ideias, nem viver em comum. Cada qual para o seu lado. Cada um por si, e Deus por todos.

Quanto ao sistema eleitoral, o nosso sistema é partidário, de lista partidária mista e semiaberta. Ninguém pode votar em quem não está numa lista de partido, mas há oportunidade de o eleitor escolher, dentro da lista, aquele que representa mais as suas idéias, ou aquele por quem tem mais afeição, ou com quem tem mais relação.

Se fecharmos a lista, nós vamos afastar o eleitor, porque ele vai votar numa legenda, uma coisa fictícia. No sistema atual, já se pode votar na legenda, mas vejam a proporção de pessoas que votam nela. Menos de 10% votam na legenda.

A corrupção eleitoral. O financiamento público vai acabar com a corrupção e a influência do poder econômico? Quem garante que não haverá caixa dois no financiamento público de campanha? No sistema atual, já há um limite na contribuição. Os partidos têm uma determinada quantia por lei para gastar na eleição, mas todos nós sabemos que esse teto não é obedecido. Nas prestações de contas, não aparecem os gastos reais da campanha. E existem leis severas proibindo o abuso do poder econômico, a compra de votos. O sistema está cercado de garantias contra o abuso do poder econômico e do poder político. É um regime até severo demais.

Pois bem. A causa não está em nosso sistema, a causa está lá fora. O nosso eleitorado, infelizmente... Mas só poderemos corrigir isso com o tempo e a prática contínua de eleições democráticas. Há a pobreza do povo, há falta de instrução. A nossa instrução pública é precária, e não se cuida disso.

Esse sistema de cota que se quer estabelecer é exatamente o reconhecimento da falência do nosso sistema educacional. Não é justo colocar um negro ou um branco no curso superior só por causa da cor da sua pele, ele tem de ter mérito. E nós, em nossa instrução pública, não estamos dando a todos os nossos cidadãos o direito de acesso ao conhecimento. Esse é o grande problema.

Por isso, nobre Deputado, temos dificuldade de arrumar um sistema de reforma eleitoral que, pelo menos, atenda aos reclamos nacionais. O nosso sistema, por bem ou por mal, funciona. Dizer que só há corrupção em relação à eleição dos Deputados?! Todo mundo diz aqui: ocorre corrupção em relação à eleição dos Deputados. E os Senadores? E o Presidente da República? E os Governadores e os



Prefeitos, que têm o poder na mão e podem ser reeleitos? Por que botar apenas nos ombros do sistema proporcional a carga negativa da corrupção?

Eu acho que nós estamos todos errados, porque estamos colocando sobre os nossos ombros uma culpa que não temos. Todos nós fomos eleitos por esse sistema. Então, nós somos aqueles que se elegeram à custa da corrupção? Cada qual fale por si. Cada qual fale por si!

Não há sistema eleitoral corrupto. Todo sistema eleitoral é neutro, é absolutamente neutro. As fontes de corrupção, de desvio, de erros estão fora do sistema, estão além dele. O sistema procura corrigir, eliminar o mais que pode, mas é impossível, diante da realidade brasileira... E nós só poderemos corrigir o sistema brasileiro eleitoral ou político, em primeiro lugar, fazendo uma mudança no sistema de Governo. E aqui nós não estamos fazendo uma reforma política! O que se pretende é uma reforma eleitoral exclusivamente voltada para o voto proporcional, só para o voto proporcional. Ou, então, vamos acabar com o voto proporcional, porque a culpa de toda a corrupção, de tudo que há de errado aqui é a eleição de Deputado Federal e de Deputado Estadual. Vamos acabar com esse sistema, vamos fazer o sistema majoritário.

Sr. Presidente, termino as minhas palavras dizendo o seguinte: devemos fazer mudanças pontuais em nosso sistema. Por exemplo, na questão do financiamento público, eu acho muito justo, razoável e de bom tom eliminarmos a contribuição da pessoa jurídica. Isso não quer dizer que ela não vá continuar contribuindo debaixo do pano, mas, pelo menos, tornará mais difícil e transparente o processo.

Agora, a questão do financiamento público de campanha vai engessar o processo político, vai privilegiar os grandes partidos em prejuízo dos pequenos e não vai evitar o que nós queremos impedir: dinheiro de caixa dois no sistema eleitoral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, o Relator vai retornar de imediato?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Porque eu quero me referir a S.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não dependendo da volta do Relator, está inscrito a seguir o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vou, então, esperar um pouco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - O Deputado Marcus Pestana tem a palavra.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, peço que V.Exa. registre, para compartilhar, uma sugestão que envolve o Relator e o Presidente.

Primeiro, porém, um breve registro e um elogio. Eu acreditei que não me adaptaria ao Congresso, depois de 15 anos no Executivo. É um trabalho de natureza muito diferente, abstrato, virtual. Às vezes, chego ao hotel e penso: “O que produzi hoje?”. É muita discussão, troca de opinião, deliberação, mas é tudo virtual. E eu estive 15 anos no Executivo, 7 anos na Secretaria de Saúde.

Na verdade, cada vez mais, eu me conscientizo e reafirmo as convicções da centralidade do Congresso Nacional na vida democrática do País. E quero, então, registrar um elogio. Acho que há um aprendizado para mim, não sei se para a Casa. É diametralmente oposto o sistema. Eu vejo o trabalho que o Relator Henrique Fontana está fazendo e que foi, para mal ou para bem — o Deputado Sirkis não vai gostar —, o que o Deputado Aldo Rebelo fez no Código Florestal, um trabalho de construir...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Que, aliás, foi péssimo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu estou abstraindo o mérito, estou falando do processo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É o desastre do século o que foi feito.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Está certo, Deputado Ivan. Depois V.Exa. fala. Eu estou abstraindo o conteúdo, estou falando de processo, de método do trabalho que o Deputado Aldo e que outros Relatores de proposta como essa fizeram.

O Deputado Henrique está fazendo um trabalho correto, paciente, ouvindo. E é diametralmente oposto. Esse é o meu aprendizado daquilo que nós vivenciamos no plenário. Como votar às 21 horas um relatório que apareceu às 16 horas? Disse o grande Guimarães Rosa que “o diabo está no detalhe”. Em texto legal, então, uma



vírgula que se coloque fora do lugar adultera totalmente o sentido. Isso me indigna, o Congresso não pode aceitar votar às 21, 22 horas algo que foi lido às 16 horas.

Para mal ou para bem, o Deputado Aldo teve toda uma decantação, agradou a gregos e não agradou a troianos, mas houve um processo de participação e construção.

Então, eu queria fazer o registro desse elogio para iniciar.

A partir desse aprendizado, eu acho que nós deveríamos nos articular para mudar o ritual relativo às medidas provisórias, pelo menos 24 horas para podermos — e eu estou pedindo só 24 horas — dar uns dois telefonemas para especialistas no assunto, porque ninguém é “tudólogo”, e poder ler, minimamente, chegar de madrugada no hotel, conseguir ler o relatório e, assim, votar com mais consciência.

Feito esse registro, eu quero entrar na parte propositiva.

Não deve ser confundida... Eu concordo plenamente, e o Deputado Henrique amadureceu inclusive parte dessa decisão, ontem, com a bancada do PSDB, numa das múltiplas reuniões que está realizando... Mas eu queria deixar registrado e muito claro que isso não pode ser confundido com protelação ou com falta de objetividade.

E, aí, Presidente, eu quero sugerir que V.Exa. e o Relator soltem uma nota oficial. Primeiro, colocando que isso não é — com a linguagem correta, afirmativa, não negativa, mas deixando claro — uma protelação, que o nosso compromisso é votar em 2011, 2011.

Segundo, para acalmar o mercado, as expectativas de mercado, dizer claramente, em pronunciamento feito em nome da Comissão, que não haverá mudança para a eleição de 2012. Porque é um inferno isso. Os Vereadores e os Prefeitos ficam perguntando: “Como é que é?”, “Vai mudar a regra?”, “Não vai mudar?”. Então vamos lançar... O Banco Central faz isto de vez em quando: anuncia viés de baixa, viés de alta. Então, vamos falar que o viés é neutro, não vai haver nem baixa nem alta. Para 2012, continua tudo como está.

Portanto, eu acho que deveria sair uma nota oficial do Presidente e do Relator, distribuída à imprensa, afirmando que o compromisso é votar em 2011; segundo, que a decisão é não votar nada que interfira na eleição de 2012, e, terceiro ponto da nota, que V.Exas. estariam procurando o Presidente do Senado e o Presidente da CCJ do Senado para um entendimento de procedimento.



Isso porque está esquizofrênico esse negócio, há dois processos paralelos caminhando, que já têm uma complexidade, uma densidade, que, por si só, já todo mundo... O pessimismo é grande, todo mundo diz assim: “*Não vai dar em nada, não vai*”... já começa a turma do “*não vai dar em nada*”. E são dois processos: vota-se uma coisa no Senado diametralmente oposta à que nós votamos aqui. E, aí, estabelece-se a confusão na opinião pública, na imprensa, nos setores de liderança.

Então, eu acho que esses três pontos... V.Exas. estariam tomando a atitude de ir ao Senado para um acordo de procedimento, e eu acho que isso também deveria ser objeto dessa nota.

Por último, para finalizar, pelo andar da carruagem, vejo que — e eu tenho conversado muito com o Deputado Henrique, e S.Exa., às vezes, até fica irritado comigo, porque eu sou muito preciosista — nós estamos caminhando para criar uma jabuticaba, como diria o Marcio Moreira Alves, de quem me lembro sempre...

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS – (*Fora do microfone.*) Já temos!

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não, é uma jabuticaba. E esse é o motivo da reforma. Eu tenho a clareza objetiva de que nós precisamos da reforma, porque o sistema atual é muito ruim, uma jabuticaba de péssima qualidade. Nós não estamos caminhando, ao que tudo indica, a partir das conversações, para nenhum sistema clássico — nem distrital público, nem distrital misto, nem lista, como é na Espanha e em Portugal.

Eu tenho os meus receios, mas vamos para o que é possível. Também não sou purista a ponto de achar que... Vamos avançar, mas vamos com cuidado para caprichar na jabuticaba e não avançar muito nesse caminho de redescobrir a roda, porque a democracia já tem uma experiência acumulada, e não é preciso dar murro em ponta de faca para saber que ela corta. Há uma experiência acumulada na Espanha, em Portugal, na Alemanha, na Inglaterra, nos Estados Unidos, no Canadá, por que desprezar isso? Então, eu acho que... Mas é claro que nós temos de obter — e eu acho que está sendo feita uma costura cuidadosa aqui na Câmara. No Senado, o processo está totalmente diferente, errático e sem conteúdo. Eu acho que esta Comissão está fazendo o trabalho certo. Mas, quando emergir o texto, nós temos de lhe dar objetividade.

Então, eu queria insistir. Minha proposta concreta é a de que saia uma nota do Presidente e do Relator, com esses três pontos: que o nosso compromisso é



votar em 2011; que não haverá mudança para 2012, para acalmar o mercado, e, terceiro, que está sendo tomada uma providência, ainda antes do recesso, de uma primeira conversa com o Senado — com quem V.Exas. acharem melhor, o Presidente Sarney, o Presidente da CCJ ou outro — para um acordo de procedimento.

Com isso, eu acho que não deixaremos cair no vácuo, porque, senão, a interpretação vai ser a de jogar água no moinho, o que não vai dar em nada. Nós temos de sinalizar que essa é uma conclusão madura e correta, que não é uma manobra protelatória ou fruto de um impasse aqui dentro da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Ivan Valente, com a permissão de V.Exa., eu acho que eu devo dizer alguma coisa em relação ao que propõe o Deputado Marcus Pestana.

Em princípio, não sei até onde poderíamos afirmar que... Como carta de intenção, todos nós poderemos fazer isso, ou seja, por antecipação, dizer que, até um ano antes da próxima eleição, início de outubro — 1,2,3 de outubro —, não teremos deliberação alguma acerca do processo eleitoral para ter aplicação no processo eleitoral seguinte, mas não sei até que ponto poderemos fazer tal afirmativa.

Segundo...

(Intervenção ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Da parte do Relator, mas se tramita na Casa algum projeto de lei ordinária,...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – *(Fora do microfone.)* Podemos dizer que não é desejável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - ... e o Presidente coloca em deliberação, ou nós recebemos alguma propositura do Senado Federal, e vai a... Até porque eu, particularmente, acho que deveria ter. Eu, particularmente, acho que deveria ter, senão dessas matérias, em princípio consideradas de fundo, como sistema eleitoral, financiamento de campanha, de outras matérias de projeto de lei ordinária, como judicialização, criminalização do processo eleitoral, para tirar um pouco... Aliás, eu vou ser mais sincero: para tirar muito a participação indevida do Ministério Público e do Poder Judiciário no processo eleitoral. Eu não vejo que isso não seja oportuno. Para mim, quanto mais rápido, mais oportuno, porque é uma



ingerência indevida, não qualificada, não procedente, ou seja, eu teria minhas dúvidas, mas serão consideradas as observações de V.Exa.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – *(Fora do microfone.)* Uma redação para esclarecer a coligação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Isso. Eu acho que essas matérias de fundo realmente, de mais alta indagação, de mais alta discussão, debate, como coligação, sistema eleitoral, financiamento...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Permite-me, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, eu estou esperando para falar há 15 minutos. Eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Mas V.Exa. irá falar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu estou inscrito, entende?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nesta Comissão, é diferente do Plenário: aqui, todos participam, e não apenas os Líderes. Eu cedi a palavra a V.Exa., mas o Relator teve de se ausentar. Tenha paciência. Nós falaremos. Mas vamos ouvir o Deputado Miro Teixeira. Esta assegurada a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É que eu tenho também outros compromissos, Sr. Presidente, como com a Comissão do Plano Nacional de Educação. E eu estou aqui esperando pacientemente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Todos nós. Eu tenho uma reunião de bancada neste mesmo horário.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não quero retirar a palavra do Deputado Miro Teixeira. Apenas eu...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Não. Eu retiro o aparte.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria ouvir o Relator, o Relator se ausentou. Em um minuto, S.Exa. voltou, mas apareceu o Deputado Marcus Pestana; agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não, não apareceu o Deputado Marcus Pestana. O Deputado Marcus Pestana foi até gentil com V.Exa., quando fez a permuta do tempo, porque V.Exa. desejava falar na presença do Relator. Nós vamos ouvi-lo, vamos ouvir a todos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Deputado Miro Teixeira com a palavra...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Esta Comissão tem o costume de ouvir a todos, com paciência.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - É o seguinte, Sr. Presidente: eu acho que não é preciso nota oficial alguma. Aqui há cobertura de imprensa. V.Exa. pode dar uma entrevista. Fica muito melhor do que uma nota, porque numa nota não há previsão possível de tudo o que foi discutido aqui.

O Dr. Tancredo Neves, quando alguém dava uma ideia de algum documento, uma nota, encarregava o autor da ideia de fazer. Então, talvez o autor da ideia possa fazer e submeter à Comissão. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sr. Relator, primeiro, eu queria me dirigir ao Deputado Fontana a respeito de duas questões iniciais sobre o encaminhamento proposto.

Primeiro, nós gostaríamos, Deputado Fontana — a bancada e alguns dirigentes do PSOL —, de ter um diálogo direto com V.Exa., e que isso fosse feito até o recesso, nesse momento aí, uma vez que V.Exa. propôs até poder entregar na semana que vem ou na primeira semana pós-recesso.

Eu até estou propondo a V.Exa. que não façamos a discussão na primeira semana, porque é uma semana fria, e nós precisamos receber o relatório, digeri-lo, e tem de haver uma discussão inicial na própria Comissão. Então, a discussão do relatório ficaria para a segunda semana. Eu acho que é racional que seja distribuído o relatório, e, aí, nós fazermos o debate, primeiro na Comissão, em cima do relatório. Mas gostaria de propor a V.Exa. que nós pudéssemos ter esse diálogo com a bancada do PSOL, e que agendássemos isso o mais rápido possível.

Segunda questão sobre os temas tratados: V.Exa. não discorreu sobre a maioria. Discorreu sobre alguns. Sobre a concordância com 2014, eu acho que o próprio tempo se incumbiu de indicar essa direção — não há divergência sobre isso.

E, logicamente, há outras questões que se tornam fundamentais. Uma delas é a questão do financiamento público — aliás, quero insistir em que concordo com essa tese do financiamento público exclusivo de campanha. Eu não sei se V.Exa. está acrescentando ao financiamento público punição ao doador e ao receptor.



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sim, sim, Deputado. Há bastante detalhamento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ou nós atingimos também o doador, ou, então, fica só assim: a figura pública, tudo bem, mas e as empreiteiras?

Então, eu quero contraditar um pouco e dizer o seguinte: realmente, eu acho que a melhor maneira de não estabelecer o financiamento público é dizer que ele não vai resolver todos os problemas da corrupção. E não vai mesmo, porque a corrupção é crime — e, de alguma forma, pode-se burlar a lei em qualquer momento. O problema é saber qual é a melhor proposta para reduzir drástica e sistematicamente as possibilidades de corrupção, com o ganho de autonomia dos mandatos e capacidade de fiscalização e controle da população. Essa é a questão. Está lá.

Agora mesmo está sendo noticiado aqui que o Ministro dos Transportes caiu, foi demitido neste momento. Foi demitido o Ministro. Durou 1 dia, 2 dias, 3 dias e caiu. Caiu toda a equipe. Uma coincidência. Eu não quero fazer crítica pessoal a nenhum Deputado, porque não é do meu feitio, não é do meu estilo. Eu quero fazer uma crítica ao sistema partidário. Mas, particularmente o PR, que é o partido do Ministro — e, com isso, eu não quero atingir nenhum Deputado —, declarou que recebeu 27 milhões na campanha, dos quais 22 milhões foram de empreiteiras. É muito, não é?

Digo isso apenas para fazermos as contas e as proporções, para sabermos como as empreiteiras são, digamos assim, generosas. Elas nem têm essa mania de viciar licitações, de fazer pedidos por baixo do pano, de combinar preço das obras, de superfaturar as obras. As empreiteiras são um primor de honestidade política. Então, essa é a questão.

A segunda questão é o financiamento público. Não se trata só do limite. O problema é saber, Deputado Henrique. Provavelmente uma grande parte dos presentes — e eu até louvo os que estão combatendo abertamente o financiamento público — diz: “*vamos fazer o financiamento público*”, mas quando chegar lá na hora o posicionamento será outro, porque a cultura política brasileira se acostumou com o financiamento privado, ou seja, se acostumou a contratar milhares de cabos eleitorais, a ter dinheiro para contratar marqueteiros políticos, pagos a preço de ouro. Essa é a questão. Esse é o ponto. Ninguém mais vai para a rua fazer



campanha, olhar no olho do eleitor. Fica todo mundo no escritório. Contrata seus cabos eleitorais, marqueteiros, etc., mas paga por isso a preço de ouro, com o financiamento privado de campanha e com as promessas feitas para depois.

Há campanhas que custam 10 milhões — e não estou me referindo só à dos Parlamentares, como fez o Deputado Vicente Arruda. Parece que nós estamos tratando só de eleição proporcional, mas, não, estamos falando do conjunto, do Executivo também, de todos. Há um pagamento posterior. Isso é o que dá. Está aí, é constante, é recorrente, é óbvio. Mas como vai ser distribuído, quanto vai ser o montante? Isso vamos discutir. Vamos ver quanto custa de verdade uma campanha para cada eleitor e quanto custa com o financiamento privado. Porque quando o povo souber disso, o senso comum vai desaparecer. Vamos para a televisão dizer que uma eleição privada custa dez vezes mais do que uma eleição feita com financiamento público. Vão dizer que é mais dinheiro para os Deputados, os Prefeitos, não sei o que lá... Não! É assim que funciona.

É claro, Deputado Henrique, que nós deveríamos caminhar, no financiamento público, para algo mais igualitário, não necessariamente retroproporcional. Porque é assim: tudo é proporcional. Então, a bancada tal tem tempo tal. Foi como aconteceu no plenário ontem. E esta já é a segunda preocupação que eu quero manifestar a V.Exa.

Ontem houve um golpe no plenário. Num acordo costurado por partidos, o PSOL foi excluído, teve a sua capacidade estrutural de Liderança reduzida a menos da metade, mantida a mesma bancada. Já outros partidos políticos, mesmo perdendo Deputados, 10, 15 Deputados, tiveram aumentada ou mantida a sua estrutura, sem nenhuma explicação. O pior é que foi combinada a emenda, e, depois, todos votaram contra. O mesmo pode acontecer com a cláusula de barreira — e me parece que V.Exa. tem uma posição sobre isto, ou seja, não haver cláusula de barreira. Mas, depois do que aconteceu ontem, o PSOL botou as barbas de molho, porque não está fora de cogitação um golpe. Não está! Quero deixar o registro nesta Comissão da Reforma Política. A metodologia empregada... Havia um acordo partidário ontem. Aquela não foi uma votação normal. Se fosse uma votação normal, seria assim porque nós pensamos assim, e tudo bem. Esta é outra questão.

Terceira questão: vejam como nós avançamos cada vez que fazemos o debate. Por exemplo, alguns Deputados e Deputadas, a exemplo da Deputada Luiza



Erundina e do Deputado Luiz Alberto, colocaram a sub-representação de setores que são praticamente majoritários na sociedade brasileira, no caso, as mulheres e os negros. Alguém diz: *“Não, mas existe liberdade, os negros podem concorrer, as mulheres também”*. É evidente que nós não vamos chegar a uma paridade, a uma igualdade de uma hora para outra. Mas é preciso que haja um caminho.

O patrono da Comissão de Educação, sala 10, o grande Deputado Florestan Fernandes, escreveu a obra *A integração do negro na sociedade de classes*. Quem quiser colocar as coisas em pé de igualdade, sem levar em conta a formação social e cultural de classes no nosso País, não vai poder dar um salto, não vai poder dar um passo adiante. A mesma discussão que permeia o debate de cotas e de igualdade e justiça social no nosso País permeia também esse debate. Nós temos de avançar, senão delimitando questões impositivas, levando em conta a cultura brasileira, a exclusão social que houve. É necessário avançar num modelo. V.Exa., na condição de Relator, tem essa possibilidade neste momento.

Sr. Presidente, nós não achamos que o debate tenha de ser feito às pressas. Não. Mas o debate tem de ser feito, e também não podemos protelá-lo indefinidamente. O meu receio é quanto às maiorias que se formam. O Deputado Caiado foi o primeiro a tocar nessa questão de nós conseguirmos um consenso. Mas mesmo às vezes a maioria... Porque nós estamos aqui para votar. Sempre haverá maioria e minoria. E, mesmo levando em conta isso, nós não podemos excluir, nós temos de manter sempre a possibilidade de incluir, levar em consideração a inclusão, a diversidade e a pluralidade que se expressa na sociedade brasileira, seja ela de qualquer tipo, inclusive ideológica e programática.

E, finalmente, Sr. Relator, eu acho que nós poderíamos avançar — V.Exa. ainda não chegou a avançar nisto, mas deve fazê-lo em seu relatório — na questão da soberania popular, na ideia da participação do referendo e do plebiscito, que eu acho que tem de estar contida nessa amálgama que é o seu relatório.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - V.Exa. me concede um aparte, Deputado?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Concedo, Deputado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Esse é um tema com o qual eu concordo, mas eu tenho algumas interrogações. Por exemplo, V.Exa. há de convir comigo que sistema eleitoral é algo extremamente técnico e complexo. Num



referendo sobre reforma tributária, aquela que cobrasse menos imposto seria aprovada. No senso comum de uma reforma política, hoje, a ideia é a de que o mais votado tem que ser eleito.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Noventa e nove vírgula nove por cento.

E onde é que vão ficar os partidos? Acabam.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não sei se V.Exa. entendeu isso, mas eu não estou me referindo neste momento ao plebiscito e ao referendo da reforma política. Estou me referindo ao instrumento, referendo e plebiscito, para qualquer grande tema estratégico da Nação brasileira. Eu me referi principalmente a isso. A questão do referendo sobre a própria reforma política nós podemos discutir, mas eu quis me referir mais ao sistema...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eu peço um aparte também, pela importância do assunto, Deputado Ivan Valente, certamente contando com a compreensão dos colegas.

Este tipo de debate é bom. Eu não pude abordar o assunto no momento em que o Deputado Miro o apresentava. Eu já assumi publicamente, e gostaria aqui de repetir para os colegas, que eu concordo com uma cláusula democrática para a avaliação de um novo sistema político, mas assumo publicamente que não é possível fazermos um plebiscito antes da entrada em vigor de um novo sistema político.

Nós somos representantes da população. Vejam a complexidade que tem sido fazer 3, 4, 5 reuniões com cada partido, com Deputados que têm vários mandatos de experiência. Que perguntas seriam feitas? Como se delimitariam os assuntos? O que eu pretendo sugerir a esta Comissão é que, depois de testado um novo sistema, votado pela maioria desta Casa, com toda a legitimidade de quem está aqui para representar a população, depois de conhecido pela população esse novo sistema, depois de testado em duas eleições, aí, sim, ela avaliasse se quer continuar com ele ou se quer voltar ao sistema anterior. Porque hoje isso geraria uma espécie de comparação em que não há critérios.

Em princípio — e eu aqui o digo com um enorme respeito —, há um partido público no País que já está expressando publicamente uma campanha contra o



financiamento público, uma campanha que é pública e democrática, apresentada pelo PTB.

Agora, é lógico que, quando nós somos levados a perguntar se é melhor colocar mais dinheiro no financiamento de um hospital ou se é melhor fazer um sistema de financiamento público da eleição, eu tenho a convicção de que a maioria da população vai apoiar a ida do dinheiro para o hospital. Mas, na realidade, nós não estaríamos fazendo o que eu chamo — e dele eu sou um defensor convicto, estou enfrentando debates em diversos lugares — de jogo da verdade, porque a população paga pela eleição hoje.

Com financiamento público ou privado, quem paga a conta é a população. Ou paga legalmente, quando ela adquire o produto de uma empresa que embute no preço do produto que está vendendo para o consumidor uma parcela para investir em eleições — e eu uso de propósito a expressão “investir em eleições” —, ou paga pela via da ilegalidade, quando ela gera mecanismos como os citados aqui pelo meu colega Deputado Vicente Arruda, por quem tenho enorme respeito. Evidentemente, nenhum de nós aqui será capaz de fazer uma simplificação de dizer que os problemas que o Brasil e outros países do mundo enfrentam no terreno da corrupção nascem na política. Ao contrário, muitas vezes, a política sofre consequências de um sistema.

Agora, eu não tenho dúvida de que nós não vamos encontrar um sistema blindado contra qualquer tipo de problema. Aliás, leis existem para diversos itens no País, existem leis para impedir o contrabando, existem leis para impedir o narcotráfico, existem leis para impedir crimes, existem leis para impedir o crime ambiental. E, obviamente, todas essas leis sofrem, em determinado momento, burla por parte de cidadãos que não respeitam as leis. E existe o sistema de punições, o Estado de Direito, etc. Às vezes, eu tenho uma sensação quando eu ouço alguns tipos de críticas, não todas, evidentemente, ao financiamento público... *“Não, mas como é que o senhor me garante, Relator, que havendo o financiamento público, não vai entrar mais nenhum centavo de caixa dois, nada de ilegal dentro do sistema político?”* Ora, isso é propor uma espécie de teste apenas para dar uma resposta no sentido de que nunca se poderia utilizar um sistema de financiamento público, que melhorará profundamente o nosso sistema político. É disso que se trata, vai



melhorar, profundamente ou não. É mais fácil ligar a política a eventuais ilegalidades no sistema de financiamento privado ou no sistema de financiamento público?

Eu tenho a absoluta convicção — e respeito as opiniões em contrário — de que, com o sistema de financiamento público, se diminui brutalmente a ocorrência de ilegalidades. Hoje, quando um candidato enxerga um outro que está disputando a mesma vaga que ele e vê aquela opressão de material de campanha, ele não tem parâmetro, Deputado Simão Sessim, para conferir isso, porque, teoricamente, o outro candidato pode ter realmente dez vezes mais recursos do que ele. Tudo isso dentro da lei, porque hoje não há limite.

Nesse sistema que nós estamos propondo de financiamento público, não é só o financiamento público que vem; vem o teto de gasto também, que é o mais importante, porque, se um candidato a Governador tiver menos ou mais recursos, o mais importante é ver a comparação desse com outros candidatos que disputam a mesma função. E, obviamente, todos os cenários de tabelas que tenho feito, estudado, sempre comparando com a campanha de 2010, mostram que esse sistema traz um grau de igualdade maior para a nossa política.

Desculpem-me por eu ter me alongado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Termine, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pois não, Presidente. Acho que foi esclarecedor — e isso vai na direção das nossas preocupações.

Eu quero finalizar voltando à questão do Deputado Caiado, ao instrumento plebiscito/referendo, ou seja, da democratização das grandes decisões nacionais, como esta que estamos tomando. Nesse caso, eu acho que a decisão seria passível de referendo, após a discussão aqui no Congresso Nacional.

E eu acho também, Deputado Caiado, que nós temos, de alguma forma, de enfrentar o senso comum, porque o fato de ser o senso comum, de ser a chamada opinião pública — e, às vezes, é opinião publicada e não pública — não significa que seja correto. Então, nós temos que fazer o enfrentamento político, o esclarecimento, a politização. Eu acho que é como a pena de morte. Não existe pena de morte no Brasil, mas um plebiscito possivelmente é capaz de dar. É só fazer, como foi o negócio das armas. Então, aqui ninguém é ingênuo, sabemos disso.

Agora, sobre a questão do financiamento eu acho que há muito a esclarecer. É isso que o Deputado Henrique colocou, é possível esclarecer à população. O



Deputado Henrique se referiu a um partido, e eu vi num programa de TV, um partido político que assumiu mesmo, publicamente, uma campanha contra o financiamento público, que me pareceu de uma forma extremamente superficial, entende? É complicadíssimo, porque passa essa ideia de que o seu dinheiro não deve ir para campanhas. Quando, na verdade, o que se quer é um megafinanciamento de empresas. Quer dizer, é o banco, é a montadora, é o agronegócio, é a empreiteira, e tal, e aí tudo bem. Vamos fazer campanha assim: não entra nenhum tostão de dinheiro público, depois eu roubo bastante, e aí vai o público pôr vinagre.

É isso o que nós temos que falar na televisão. E eu não tenho medo disso. Eu acho que nós temos que fazer isso: demonstrar.

Eu sei que o Deputado Caiado é defensor. Ele foi Relator e é defensor do financiamento público. Eu acho que nisso nós temos uma concordância forte. Eu acho que esse debate precisa ser feito. Ele é um dos pontos nodais, assim como o debate da lista. O debate da lista é carregado de senso comum. Quer dizer, eu quero escolher, eu vou escolher. Então, a ideia de partido, a ideia de programa, a ideia de ideologia é afastada. É lógico que isso tudo demanda um processo de esclarecimento, de politização. Mas eu acho que a Comissão de Reforma Política está aí para isso também.

E, nesse aspecto, eu quero finalizar, Presidente, dizendo o seguinte: a Comissão da Câmara, ao debater o relatório do Deputado Fontana, na minha opinião, foi mais eficiente, ou está sendo mais eficiente, mais objetiva do que o que se fez lá no Senado com a Comissão de notários. Não adiantou muito, porque agora é a CCJ que derruba aqui. Não há um consenso sobre isso. Temo que haja um futuro conflito entre as Casas porque é uma questão que não foi bem resolvida desde o começo.

Então, espero que o Deputado Fontana tenha sucesso e que, dentro dessas ponderações, consigamos fazer uma reforma política que avance o sistema político brasileiro com justiça, fortalecendo os partidos, eliminando o poder econômico do processo eleitoral — tentando eliminar, pelo menos — e aumentando o controle social sobre o processo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Ivan Valente, V.Exa. percebe que o debate é necessário. V.Exa. foi aparteado pelo Relator e pelo



Deputado Ronaldo Caiado. Se não tivermos debate, vai acontecer o que aconteceu no Senado.

Eu vou conceder a palavra ao Deputado Alfredo Sirkis, mas, em princípio, eu devo dizer que esta Comissão — a Presidência, a Relatoria, os membros — recebeu muitas críticas no início. Claro que tudo isso hoje está superado. Mas se nós tivéssemos perdido tempo lá atrás, com a preocupação de votarem temas, nós não teríamos ganho a massa crítica que conquistamos até o presente momento. O que aconteceu na CCJ, diante das colocações do Deputado Miro Teixeira — para os que não tiveram conhecimento, como eu, há poucos instantes —, foi exatamente o seguinte: após mais de 2 horas de debate, a CCJ do Senado rejeitou tanto a proposta apresentada pela Comissão de Reforma Política, que previa a adoção do sistema de votação proporcional com lista fechada, mas também rejeitou o substitutivo do Relator Romero Jucá, propondo o Sistema Distritão. O Senador anunciou que buscará apoio de mais nove Senadores, dos 80 da Casa, mais ele, 81, para o recurso ao plenário, e essa proposta ser deliberada pelo Plenário. Isso foi o que realmente aconteceu hoje na CCJ.

Com a palavra o nobre Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente eu gostaria de me somar àqueles que elogiaram o trabalho desenvolvido pelo nosso Relator, Deputado Henrique Fontana, que penso muito sério, e, por isso, discordo da comparação que foi feita com uma outra relatoria de um outro projeto de lei, que me pareceu extremamente facciosa — mas não é o nosso assunto aqui.

E eu gostaria de voltar a uma coisa que eu venho falando desde o início: que daqui não sairá o sistema do sonho de nenhum de nós; daqui sairá um difícil e trabalhoso consenso. Penso que o Relator avançou bastante no caminho desse consenso através da sua imensa propensão ao diálogo, a escutar, a tentar incorporar as contribuições.

Nessa linha, eu gostaria de fazer algumas considerações. Sei que o Relator se inclina pelo voto proporcional misto — que não deixa de ser uma jabuticaba, mas é uma jabuticaba melhor do que aquela que nós temos hoje. Eu pessoalmente ainda acho que, para efeito de restabelecimentos de consenso, seria melhor o voto distrital misto plurinominal. Mas reconheço que a proposta do Relator representaria um



progresso sempre que houvesse a liberdade de se votar de forma diferente na lista e no voto nominal. Que não haja uma amarração desde o início, o voto na pessoa tem que estar amarrado anteriormente na mesma legenda que se deu o voto na lista, porque aí, acho, o voto de legenda terminará prejudicado, pela própria cultura brasileira.

Em relação à questão do financiamento público de campanha, eu não acho que o financiamento público de campanha seja o santo grau. Penso que o financiamento público de campanha tende a privilegiar aqueles partidos que, por herança do passado, consolidaram e vão ter acesso a partes muito substantivas dessa divisão. Enquanto os partidos não chegarem a esse ponto — e seria o PT da eleição de 1982, por exemplo —, correm o risco, dependendo de como se der essa divisão, de ser prejudicados. E, por outro lado, existe o risco inverso, que é o seguinte: se um tratamento demasiado, generoso for concedido a partidos novos, poderá haver quase uma corrida à criação de novas legendas. Então, é um difícil equilíbrio, Sr. Relator e Sr. Presidente.

Eu penso...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Deputado Sirkis, eu posso só adiantar um outro tema em que eu tenho pensado, que está no rascunho...

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Concedo o aparte.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado.

É a ideia de que uma parcela dos recursos vai ficar reservada para as direções nacionais de cada um dos partidos fazerem ajustes dentro da tática eleitoral legítima que cada partido constrói para poder elevar, por exemplo, uma candidatura a Governador ou a Prefeito de um determinado partido que ainda tenha um menor tamanho neste momento, até o limite do valor que o candidato mais bem aquinhoado no sistema público tem de financiamento.

Então, são mecanismos que eu tenho estudado, e quero inclusive conversar mais com V.Exa. para encontrar esse justo ponto de equilíbrio.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Correto.

Algumas palavras sobre a questão do financiamento privado: eu acho que o grande fator de corrupção e de desequilíbrio na política brasileira não é tanto o financiamento privado, declarado em época de campanha eleitoral, oficialmente. Mesmo no caso das empreiteiras, aqui citadas pelo Deputado Ivan Valente, eu vejo



— claro, existem partidos e candidaturas que recebem mais — que há até uma certa tendência a espalhar essas contribuições. Não acho que, necessariamente, uma contribuição de pessoa jurídica a um determinado candidato ou a um partido constitua necessariamente que ali houve algum tipo de compromisso assumido de natureza espúria. Penso que a parte “mais preocupante” — entre aspas — do financiamento público é aquele que fica abaixo da linha de superfície do *iceberg*, que são basicamente recursos amealhados ao longo do exercício de mandatos e de gestões no Executivo, que têm uma grande sistematização na política brasileira e que engordam tesouros de guerra que existem na pré-campanha eleitoral. Sendo que os detentores desses tesouros de guerra recorrem ao financiamento público de pessoa jurídica, ou até de pessoa física, ao chamado financiamento público-privado, apenas como complemento dessas campanhas, e não a “parte do leão” dessas campanhas.

Claro que isso cai naquilo que muito corretamente o Relator colocou como uma clara violação da lei, que o crime existe independente da legislação, mas eu noto que, ao longo desses anos, tem havido uma total ineficácia dos mecanismos supostamente criados para coibir esse tipo de aporte a campanhas. E tem a ver também com uma grande hipocrisia com que se trata a chamada pré-campanha. Supostamente, nada pode ser feito na pré-campanha, mas tudo é feito.

Então, ali são certas histórias, são certas armadilhas que, ao longo da história, o Legislativo criou para si mesmo e para a própria democracia. Isso tem que ser visto.

Eu tendo, Sr. Relator, a apostar no equilíbrio que reforça consideravelmente o financiamento público, mas não vai ao limite de V.Exa. de suprimir completamente o financiamento privado. Primeiro, por uma questão de conseguir chegar-se a um consenso. Acho mais fácil chegar-se ao consenso mantendo um determinado tipo de sistema misto. Por outro lado, porque eu acho mesmo que se cria, independente desses ajustes que V.Exa. coloca, uma situação onde há um desequilíbrio, em função de partidos já existentes, já consolidados e que ao longo da história lograram o maior número de Parlamentares em eleições precedentes àquelas em relação às quais estamos aqui tratando.

Então, eu penso que seria mais interessante regulamentar-se de uma forma mais rígida o financiamento privado sem aboli-lo de todo. Penso, por exemplo, que,



no sistema que V.Exa. propõe, o voto de lista fosse exclusivamente financiado publicamente. Em relação a isso não há dificuldade; e que o voto em candidatos pudesse ser objeto tanto de um aporte equitativo de financiamento público quanto de uma modalidade de financiamento privado, que seria o seguinte: a contribuição, o aporte das pessoas jurídicas, das empresas — eu acho que deveria transcender as empresas. Aí temos que ver a questão do imposto sindical. Mas, a princípio, acho que deveria ser não apenas às empresas, às pessoas jurídicas mais extensivas, mas as que não se beneficiassem de impostos —, fosse feito aos partidos e fiscalizado enquanto tal. Ficaria muito mais fácil a fiscalização disso, de vinte e poucos partidos, do que milhares de candidatos.

Então, o financiamento privado seria feito aos partidos; e os partidos teriam que fazer a divisão, no caso das eleições proporcionais — no caso das eleições majoritárias, é fácil, o partido destina esse financiamento ao candidato a Governador, a Prefeito ou a Presidente da república —, equitativa desses recursos provenientes de um fundo, de uma conta especial para pessoas jurídicas, e os candidatos poderiam individualmente aspirar ao financiamento de pessoa física. Tanto a contribuição da pessoa jurídica para os partidos quanto a contribuição da pessoa física para os candidatos haveria um limite, que seria fixado pelo TSE a cada eleição e para cada cargo específico.

Eu acho que dessa maneira nós corrigiríamos algumas aberrações do sistema atual, que permitem um desequilíbrio muito grande, sem abrir mão completamente do financiamento, digamos assim, não público, o financiamento de pessoa física e de pessoa jurídica, e ao mesmo tempo preveniríamos um desequilíbrio demasiado que pudesse ser causado por um financiamento exclusivamente público. Por outro lado, tornaríamos a fiscalização do financiamento privado muito mais fácil, porque, na verdade, a única fiscalização a ser feita de uma forma pulverizada, como é hoje, em que o Tribunal tem que mergulhar em milhares de prestações de contas, seria a de pessoa física para candidato individual. Tanto o financiamento público como o financiamento por pessoa jurídica, como seria restrito aos partidos, teria uma fiscalização muito mais simplificada.

Penso então que esse sistema é mais equilibrado. Eu o considero um pouco melhor em termos de conteúdo e muito mais fácil de chegarmos aqui a um consenso em torno dele.



O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, só para um registro. V.Exa. fez um anúncio da decisão da Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Lá realmente as coisas estão acontecendo nessas decisões fatiadas, e chegam à imprensa, à mídia, e fazem uma confusão nos Municípios no sentido de vai mais haver coligação. São decisões fatiadas que chegam lá.

Agora, vem essa decisão — pasmem — de que a Comissão de Constituição e Justiça do Senado rejeitou o sistema distritão. Não foi isso que V.Exa. leu aí?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A CCJ do Senado rejeitou a lista fechada preordenada e o substitutivo do Jucá, que era o distritão.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Então, V.Exa. entenda o seguinte: sobre esse mesmo distritão existe lá um projeto do Senador Francisco Dornelles, que já foi aprovado por essa mesma Comissão de Constituição e Justiça e está na Mesa para ir a votação em plenário. Entenda-se isso. A mesma Comissão de Justiça rejeita uma decisão já tomada por ela no sentido de mandar para o plenário uma decisão que foi tomada lá. Vai-se entender mais o que o Senado está fazendo lá...

Acho que está na hora de nós sentarmos com o Senado e não deixar que as coisas caminhem nesse sentido lá.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, eu queria pedir a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a paciência da Deputada Rosane Ferreira.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Ah, desculpe-me...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não, Deputado Ronaldo Caiado, por gentileza. S.Exa. é paciente.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Eu ouço V.Exa. com muita atenção.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Muito obrigado, minha colega.

Deputado Sirkis, eu me vejo na posição do Relator, porque já fui. Quando desenhamos um projeto e temos de passá-lo para o papel e, ao mesmo tempo, saber das normas constitucionais e das normas de leis ordinárias e leis complementares, é extremamente difícil redigir isso que V.Exa. coloca. Por quê? Porque a Constituição garante autonomia aos partidos políticos. Mesmo que queiramos mudar a Lei Orgânica dos partidos políticos, em alguns pontos os



Presidentes vão recorrer ao Supremo Tribunal Federal e, pronto, vão derrubar essa decisão. Não existe a capacidade de se solicitar isso do Relator.

Quando a análise fica para que o partido distribua, ele vai distribuir de acordo com o seu critério. Não vamos poder prefixar critério para partido algum. Dentro do financiamento público exclusivo de campanha, sim, estamos dando percentuais e a maneira como atenderemos cada estrutura partidária no Município, nos Estados e no campo federal. Mas não estamos ali, naquela hora, dizendo que o candidato A pode receber mais do que o candidato B.

Imagine bem: um partido acha que V.Exa. terá mais votos no seu Estado, e deve investir um pouco mais. Veja quantas ações judiciais vão entrar contra o Presidente do partido que destinou 1 real a mais a um candidato do que a outro?

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Não! Mas eu não falei isso, falei o contrário disso. Acho que o financiamento de pessoa jurídica que entrasse através do partido deveria ser equitativamente distribuído entre os candidatos. A diferença seria a possibilidade de captação individual de pessoa física.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Mas é uma ingerência interna. O partido diz o seguinte: *“Eu acho que o candidato A tem mais chance que o candidato B. O que adiante eu investir igual no candidato B se ele não tem chance nenhuma de voto?”*

Esse é um quadro extremamente complexo. Não se pode tomar uma decisão como essa, por lei, porque o partido vai alegar autonomia dele em deliberar sobre um assunto que estamos querendo decidir como ele vai deliberar de um Fundo que é dele, que a iniciativa privada depositou junto a um partido; a ele cabe gerir esse fundo.

Quando eu, às vezes, insisto nessa tese... a campanha do PTB pode ser superficial mas atinge o senso comum, atinge o eleitor.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Infelizmente...

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Ela tenta desmontar, ou desacreditar, ou desmoralizar uma iniciativa sobre a qual estamos trabalhando há muitos anos. E quando se cria uma situação de mitigar, achar o público junto com o privado, a única certeza que se tem é a do desastre, não tenha dúvida. Nós não saberemos definir com regras aqui na Casa uma convivência público-privado do financiamento nas campanhas eleitorais, nós vamos para a desmoralização.



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Deputado Caiado, no aparte do aparte... (*Risos.*)

Vejam a riqueza do debate que estamos fazendo hoje à tarde, que só confirma que a nossa prudência tem sido boa. Digo o seguinte: se há uma crítica legítima de que a proposta que o Relator venha a trazer — que eu não adiantei ainda — peca por não criar uma equidade razoável entre os partidos e candidatos, etc., façam-se as mudanças dentro desses percentuais.

Se há uma crítica, por exemplo, de que o recurso que chega para a campanha de Deputados Federais para o PP, no Rio de Janeiro, é insuficiente para fazer uma campanha, assumo-se publicamente, com transparência, que se deve elevar o valor. Tanto que o cuidado que quero ter é de não colocar no projeto um valor.

Conversei muito com o Deputado Caiado, que já teve essa responsabilidade por muitos anos, e ao colocar um valor passa-se a discutir o valor e não o sistema. Esse valor é muito? É pouco? É suficiente? Vai chegar lá e o cara não vai fazer, etc.? Não, primeiro vamos discutir se é melhor um sistema com esse tipo de financiamento ou com outro, e, segundo, se o critério de distribuição está justo naquilo que formos chegar dentro da negociação.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Só uma observação, Caiado, que acho importante. Eu acho que é impertinência o que você está colocando, porém entenda que o mesmo problema se aplica à fração do financiamento público que seria destinado à parte do voto nominal da proposta de proporcional misto que ele está fazendo. Por quê? O voto em lista de fato não tem esse problema. Se a gente vota em lista, os recursos vão para a lista e não existe esse problema, mas no componente do voto nominal da proposta dele o problema é o mesmo.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sim, eu diria a V.Exa., em primeiro lugar, que um candidato não precisa de se preocupar em saber como a sua campanha vai ser financiada, é algo que nem imagino acontecer, porque é o dia em que todos nós sonhamos — pelo menos, quem faz política com seriedade ou com espírito público para vir aqui discutir temas. Quer dizer, um dia você vai chegar aqui, e não me interessa quem vai chegar. Eu vou fazer a minha campanha, vou caminhar, e no final vou poder legislar aqui, não vou ter que ficar devendo ou tendo



assumido compromissos, ou tendo que mendigar apoio de campanha. Acho que seria o melhor dos mundos para nós.

Agora, o que eu tenho muitas vezes insistido junto aos nobres pares é nesse sentido: tudo bem, às vezes não é o ideal, mas se deformarmos o processo e se essa mudança nossa for uma mudança que amanhã caia no descrédito, venha acompanhada de muitos escândalos ou com todas essas críticas que existem ao atual modelo e contaminar o financiamento público, aí seremos totalmente execrados, ou seja, jamais uma tese como essa vai sobreviver. Eu tenho muita cautela, tenho muito receio — em primeiro lugar, sou bem claro — de abrir a lista e abrir o financiamento.

Eu tenho tentado converter o Relator. Sei que ele tem uma opinião, sei que ele tem posição muito clara, pois é um estudioso da matéria, mas hora alguma eu me sinto confortável, e não vejo nenhum instrumento legal capaz de me garantir que ao termos uma lista com voto nominal esse candidato não vai correr na paralela no caixa 2 — não é verdade?

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Claro que vai! Se for uma questão individualizada, vai...

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - A questão é que não existe mecanismo de fiscalização, não existe uma coisa dessas.

Então, Sirkis, eu estou disposto a dizer o seguinte: se não for possível, hoje, amanhã ou até na próxima eleição, para não mostrar que existe nenhum interesse — até porque o interesse meu, pelo tipo de campanha que eu faço, o voto distritão para mim seria uma maravilha, porque eu sou o único votado nos 246 Municípios de Goiás, e não é esse o problema (*risos*) —, que déssemos conta de construir algo para o País, mesmo que nós não nos beneficiássemos desse sistema eleitoral, algo com um prazo mais longo e que tivesse a aprovação no plenário. Agora se começarmos a achar muitos desvios não vamos dar conta de sustentar essa campanha que está sendo feita contra o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais.

Agora eles não têm consistência porque há uma lista fechada e uma fiscalização restrita. No momento em que houver lista preordenada e candidatura em lista aberta, olha, aí não sei como conseguiremos sensibilizar a sociedade a apoiar esse sistema.



Acho que esta Comissão precisa se aprofundar muito nessa discussão, chegar a um ponto de convergência, para depois levar essa discussão aos partidos, e depois saber como vai levar junto à opinião pública. Do contrário, vamos pisar num terreno movediço e não nos sustentaremos caso haja um projeto híbrido. *“Ah, mas desse jeito não passa!”* Se não passa agora, passa para 2014, passa para 2016? Acho que tínhamos que discutir até prazo, porque não estamos no bom, mas vamos praticar um que amanhã vai apresentar os mesmos defeitos ainda acrescido de dinheiro público.

A preocupação que tenho é essa: hoje, todo cidadão está respondendo ao TSE por crime praticado, um dinheiro que pegou de uma empresa, ou que ele desviou do orçamento, ou que ele pegou do narcotráfico, ou seja de onde for, e está lá ele, pessoa física. Amanhã, vamos pegar o dinheiro público que foi dotação orçamentária e colocá-lo na campanha, e fica constatado também que esse partido e esses Deputados candidatos aqui foram lá e pegaram da empresa A, B, C, D, F, que também usaram o caixa 2 — como você colocou —, aquele tesouro paralelo que foi construído no decorrer do tempo.

Aí nós vamos falar o que para a sociedade? Como é que vamos falar? *“Não! Mas eu pensei...”*. *“Mas, espera aí, doutor, o senhor pensou? O senhor propõe a me operar, depois que o senhor propôs essa iatrogenia toda, o senhor vem dizer para mim que o senhor pensou?”* Não dá. Nós temos que ter uma responsabilidade enorme agora para que amanhã não fiquemos desautorizados e descredenciados com a tese de uma reforma política que venha. Não tem um sistema perfeito mas que seja no mínimo na tentativa moralizadora em relação aos crimes que são praticados no sistema eleitoral brasileiro.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - A coisa é boa. Teremos o mês de julho todo para pensar bastante...

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Vejam bem, o Deputado Caiado apresentou uma série de argumentos que favorecem a minha proposta do voto distrital misto plurinominal. A lista nós já vimos que dá para financiar sem problemas com o financiamento público. E tendo que eleger cada partido apresentando candidato para três vagas num determinado distrito plurinominal pode ser feito financiamento público com muito mais facilidade também.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nobre Deputada Rosane Ferreira.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Deputado Henrique Fontana, eu ouvi com muita atenção quando o senhor iniciou os trabalhos da nossa Comissão na tarde de hoje, solicitando mais tempo para apresentar esse relatório. E os debates aqui feitos realmente lhe dão razão para isso. Mas eu também ouvi o senhor mencionar que teríamos que anunciar que nenhuma medida seria aplicada nas eleições de 2012. Isso me deixou desolada. Eu disse que nesta Comissão eu sou um samba de uma nota só, que é a concomitância de eleições.

Digo para o senhor que os Vereadores e Prefeitos, as Vereadoras e Prefeitas, as pré-candidatas à reeleição e candidatas à primeira eleição realmente ficam muito preocupadas com os rumos que nós tomamos aqui e quanto isso poderia influenciar nas eleições do próximo ano. Mas se nós adotássemos uma única medida, iríamos ao encontro de todos os Vereadores e Vereadoras, Prefeitos e Prefeitas possíveis, eleitos em 2012. Seria estender os próximos mandatos para 6 anos. Porque isso seria a única possibilidade de nós...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Deputada, deixe-me só fazer uma explicação regimental, independente do mérito. O que ocorre? Para alterar data de eleição, nós precisamos de emenda constitucional. E eu não poderia propor alterações na lei ordinária antes de haver uma PEC aprovada, que mudasse o calendário eleitoral. Queria dar esta explicação, independente do mérito que cada um de nós tenha sobre este tema.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Porque a única possibilidade de aprovarmos uma PEC para coincidência de eleições em 2018 — seria em 2018 a provável coincidência de eleições ou eleições concomitantes nas três esferas do poder —, seria estendermos os próximos mandatos. E aí o jogo vai estar jogado. Depois das eleições, teríamos outra dificuldade de estender os mandatos. Teríamos que fazê-lo agora, para que a próxima eleição municipal se dê para mandatos de 6 anos tanto para o Legislativo quanto para o Executivo. E eu estou cada dia mais convencida de que essa é uma grande proposta.

Ontem, eu estive com o Ministro dos Esportes e, na semana anterior, com o Ministro da Educação. E todos os Ministros ... Eu estou no meu primeiro mandato, e vamos aprender a fazer emendas no Orçamento no final deste ano.



O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - E o Ministro dos Transportes acabou de cair.

A SRA. ROSANE FERREIRA - Transportes, não, Esporte. Eu sei que o dos Transportes está...

Então, os Ministros colocam a necessidade de elaborarmos projetos, com relação ao saneamento, por exemplo, e que tenhamos que ir até as Prefeituras para instrumentalizar os Prefeitos para elaboração de projetos, para apresentar emendas e levar recursos para os Municípios.

Neste ano, nós perdemos essa possibilidade, Deputada Érica Kokay, porque estamos aqui pela primeira vez. No ano que vem, quantos estarão preocupados com projetos finalizando seus mandatos? Quantos Prefeitos estarão preocupados em deixar alguma coisa se estão preocupados com a sua reeleição ou na eleição de seu sucessor?

Então, nós teremos, no próximo ano, a possibilidade de trabalhar com novos Prefeitos. E eles estarão no seu primeiro ano de mandato, tomando conta da casa. Isso tem um viés muito prejudicial a todo o desenvolvimento. Não tenho dúvida de que nosso País seria outro se pudéssemos trabalhar todos juntos. Eu sei que vai ser muito mais difícil para quem elege Prefeito, Vereador, contar depois com eles na base para a própria reeleição. Eu entendo isso. Mas eu não tenho dúvida de que daria um salto no desenvolvimento do País se pudéssemos trabalhar todos juntos. Porque essas questões realmente ocorrem. Ainda mais quando são Prefeitos de finalização, já reeleitos.

Por fim, eu sei que não cabe mais isso. É minha maior preocupação, quando o senhor disse que não muda nada para 2012, porque nós teremos que deixar para 2014. Não vamos legislar em causa própria, aumentando nossos próprios mandatos para coincidir, lá na frente, nem vamos ser suicidas, reduzindo o mandato, fazendo um mandato tampão de 2 anos para o Legislativo. Ou seja, nossas mudanças vão para 2022 — se meus cálculos estiverem corretos —, para podermos legislar, ou então enterramos definitivamente essa proposta e continuamos trabalhando dessa maneira, tendo eleição ano sim, ano não, e nunca harmonizando, principalmente os orçamentos públicos.



Nós temos, por exemplo, toda a questão do PRONATEC, todos os programas deste Governo que estão apresentados. E nós gostaríamos de trabalhar com Prefeitos e Vereadores, para poder implementá-los de forma ampla.

Mudando de assunto, outra questão que realmente nós temos que bater muito em cima é o fato de eles deixarem os mandatos para assumirem cargos no Executivo.

Nós assistimos no Paraná uma situação, com todo o respeito que eu tenho pela pessoa, muito peculiar. Tivemos eleições de conselheiros para o Tribunal de Contas do Estado. E houve uma situação — e isso pipoca o tempo todo em todos os lugares — em que um Deputado se licencia para assumir outro cargo. Ele vai para um cargo no Executivo. Depois ele volta, retira o mandato do seu suplente, simplesmente para definir a eleição de um conselheiro. E fica 2 dias no cargo, e volta para o Executivo. Não é possível que isso seja certo — com todo o respeito que tenho —, mas essa é a regra do jogo, como eu disse, acontece todo o tempo. Ou os Deputados que se licenciam, vão para o Executivo, mas mantêm suas estruturas dos gabinetes, mantêm tudo igual, como se Deputados fossem. Isso causa ônus ao Erário, é caro e moralmente é muito desgastante para todos nós.

São algumas situações sobre as quais realmente nós temos que trabalhar. Não é possível que passemos por essa reforma política sem tocar nesses pontos.

Enfim, eu gostaria de ouvir pela última vez e definitivamente, porque nós estamos finalizando nossos trabalhos, com relação à coincidência de mandatos. E daí eu joga a toalha.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eu quero, primeiro, pedir desculpas aos colegas, porque, desde a semana passada, esta reunião estava marcada com a bancada do PCdoB. E me ligaram para dizer que a reunião está marcada para as 17h30min. Segundo, quero deixar a minha opinião. Eu li o rascunho de nota que o Deputado Marcus Pestana fez para apresentar ao Presidente e à Comissão. Mas não quero deixar de me posicionar de acordo com o texto. Eu vou pedir desculpas porque preciso sair, para não deixar toda a bancada do PCdoB, inclusive a direção, esperando.

Quero pedir à minha colega Rosane para não responder ao tema da coincidência dos mandatos numa resposta de 20 segundos. Eu quero desenvolver este tema, porque também ele, como quase todos, tem argumentos que nos puxam



para os dois cenários. Eu tenho me debruçado muito sobre esse assunto. A minha visão é de que ele tem maioria na Casa. O assunto da coincidência nas eleições tem maioria na Casa. Eu sinto isso pela conversa que faço. Não estou ainda seguro de que seja o melhor tecido institucional. Nós vamos conversar no momento em que vier.

Sobre o fato de termos esta frustração parcial, mas eu digo a V.Exa., que chega com aquela ótima vontade de fazer as coisas na maior rapidez possível, o que é extremamente positivo, porque às vezes o Parlamento também erra por demorar um pouco demais, e eu digo a quem está nesta batalha de tantos anos pela reforma política que dar esta visão de que nós não vamos alterar o sistema para o ano que vem porque nós estamos em busca de um sistema que seja bem compreendido pela população, que permita que os partidos se preparem com antecipação, seguindo regras claras, numa situação que definimos, vamos dizer assim, como de segurança — às vezes se fala em segurança jurídica, e aqui falamos em segurança democrática... E também há uma questão política, que eu sempre partilhei com toda a franqueza, porque diferentes partidos me abordam com diferentes visões sobre o tema da alteração de alguma coisa para a eleição do ano que vem.

Na condição de Relator, tenho convicção de que devemos nos debruçar para votar este ano, o mais rápido possível no segundo semestre, porque temos de votar a matéria na Comissão, depois na CCJ, depois no plenário e depois no Senado, mas com a decisão de não alterar as regras para 2012. Esta é minha opinião como Relator, mas é evidente que eu sempre estou aqui submetido à maioria, afinal essa é a essência do Parlamento. Minha opinião é essa.

Peço desculpas ao Presidente e aos senhores, mas vou para a reunião do PCdoB, deixando meu voto favorável, se quisermos largar essa nota.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu quero informar ao Plenário que está havendo sessão deliberativa, salvo engano, com votação nominal. Ainda há alguns Deputados inscritos, mas eu gostaria de pedir a compreensão de todos, para poder encerrar esta sessão.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Sr. Presidente, antes de V.Exa. encerrar a reunião, quero lembrar que haverá reunião de audiência pública amanhã,



quinta-feira, dia 7 de julho, no Plenário 5, com a presença de representantes da Frente Parlamentar pela Reforma Política e com participação popular.

Deputada Rosane Ferreira, eu estou falando da nossa audiência pública de amanhã. Comunique à Deputada Luiza Erundina que nós reafirmamos e que o Presidente aquiesceu. Portanto, estão todos convocados para a reunião de amanhã, quinta-feira, dia 7 de julho, às 9h30min, no Plenário 5.

Nós teremos alguns conferencistas: Priscilla Caroline de Sousa Brito, representante da Articulação de Mulheres Brasileiras — AMB; Osiris Barboza, Diretor do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral — MCCE; José Antônio Moroni, membro do Colegiado de Gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos; Marcelo Machado, representante da Comissão Brasileira Justiça e Paz; e Luiz Carlos Mancha Prates, membro da Executiva Nacional da Central Sindical e Popular.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de registrar que, provocado pelo Deputado Miro Teixeira, e porque sou muito disciplinado, eu redigi a nota, que já está na mão do Relator e do Presidente, para apreciação, porque eu acho que, se não soltarmos um pronunciamento oficial, haverá um vácuo, e os analistas e os colunistas darão uma interpretação que não é a melhor. Eu acho que nós deveríamos ter uma coisa mais formal orientando a leitura da imprensa, senão vai parecer que a Comissão está fazendo água, que passou um semestre e não vai dar em nada. Eu acho que deve haver um pronunciamento oficial aperfeiçoando a redação. Nossa preocupação é aprimorar a redação. O próprio Presidente fez um alerta sobre aspectos relativos à atuação do Ministério Público, e o Alceu também estava preocupado com questão de coincidência de mandatos. O Sirkis também. O que nós temos é que tranquilizar em relação ao sistema eleitoral, coligações proporcionais e tal, e dizer que não vai haver mudança. A gente tranquiliza, para continuarem as negociações.

E outros aspectos poderão mudar. Outros aspectos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a aquiescência da Presidência, a nota deverá ser produzida.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, convocando outra para amanhã, dia 7 de julho, quinta-feira, para realização de audiência pública com a



presença de representantes da Frente Parlamentar pela Reforma Política, com participação popular. A reunião será às 9h30min, no Plenário 5.

Está encerrada a presente sessão.